

FUNDAÇÃO ITAIPU-BR DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

# Mundo sustentável com previdência sustentável

Em 2006, teve ampla repercussão em âmbito internacional o relatório "A Economia das Mudanças Climáticas", elaborado pelo economista inglês Nicholas Stern, que advertia ser imperiosa a necessidade de redução da agressão humana ao meio ambiente, sob pena de serem comprometidas as gerações futuras, tanto pelo reflexo dos danos ambientais nas condições climáticas, quanto por suas consegüências sociais, políticas e econômicas.

A partir dessa e de outras advertências quanto aos riscos ambientais do chamado aquecimento global, antes visto como hipótese, mas agora já aceito como um fato, toda uma série de estudos e eventos se desenvolvem, em todas as esferas da atividade humana, para encontrar soluções ambientalmente sustentáveis.

Reflexão similar sobre a sustentabilidade aplica-se à previdência. São inúmeros os indícios de que o sistema previdenciário brasileiro exige reformulação, especialmente em razão de fatores demográficos (menor número de filhos por família e maior longevidade), associados a aposentadorias precoces e à concessão de benefícios para os quais não houve contribuição.

Evidencia-se, nesse contexto a importância do modelo previdenciário adotado pela patrocinadora ITAIPU Binacional ao instituir o plano de benefícios da FIBRA no regime de capitalização.

Como exemplo do acerto e da eficácia dessa decisão, basta dizer que – sem comprometer a sustentabilidade previdenciária – em 2006 a FIBRA pagou R\$ 50 milhões em aposentadorias a 926 assistidos, aposentados e pensionistas e que o patrimônio já acumulado da Entidade, de R\$ 1,3 bilhão, é suficiente para honrar compromissos similares com os 1.488 participantes ativos, que esperam igualmente alcançar o merecido benefício.

Sustentabilidade exige o compromisso de garantir às gerações futuras condições equivalentes às da geração atual. Nesse sentido, o modelo previdenciário de capitalização pode ser entendido como o equivalente ambiental às fontes renováveis de energia. Ao propiciar a acumulação de capital, ele não só garante a aposentadoria futura como contribui para o desenvolvimento econômico do País. Afinal, trata-se de uma das únicas fontes de recursos de longo prazo sem cunho especulativo. Mas essa visão nem sempre é transmitida à sociedade. Por interesses econômicos ou ideológicos, o modelo muitas vezes é alvo de críticas e desconfianças infundadas que ofuscam seus benefícios e vantagens técnicas.

Não é o caso da FIBRA, pois há quase unanimidade entre nossos participantes sobre a relevância do papel da Fundação na garantia de um futuro digno aos aposentados e suas famílias. A abrangência social da FIBRA, que alcança, entre titulares e dependentes, 6.379 vidas, e a confiança dos participantes representam nosso verdadeiro patrimônio, mais valioso do que o financeiro.

Graças ao compromisso, integração e esforço dos Colegiados – Conselhos Deliberativo, Fiscal e Comitê de Investimentos – bem como ao apoio da Diretoria da patrocinadora ITAIPU e dos colaboradores da Fundação, tem sido possível obter resultados que culminaram não somente em expressivo superávit como, também, na adoção de parâmetros mais conservadores para provisionamento das reservas.

Consciente dessas responsabilidades, a Diretoria Executiva da FIBRA reitera seu compromisso de empenhar-se ao máximo para manter o mesmo nível de desempenho que tem assegurado à nossa entidade posição de destaque no rol das fundações de previdência complementar.

É, pois, com satisfação e com a certeza do dever cumprido que apresentamos o Relatório Anual de Gestão de 2006.

#### **DIRETORIA EXECUTIVA**

# Resultados de 2006

Em 2006 a FIBRA superou suas metas de rentabilidade (vide resultados dos investimentos) e ao final do exercício atingiu superávit acumulado (1) de R\$ 211.9 milhões, conforme demonstrativo abaixo.

Valores em R\$ mil

Reservas	2005	2006	Variação	Variação %
Provisão Matemática (2) (Passivo Atuarial)	991.756	1.090.644	98.888	9,97%
Reserva de Benefícios Concedidos	427.739	576.584	148.845	34,80%
Reserva de Benefícios a Conceder	613.663	557.202	(56.461)	(9,20%)
Reserva a Amortizar	(49.646)	(43.142)	6.504	13,10%
Ativo Líquido (3)	1.133.085	1.302.532	169.447	14,95%
Resultado Acumulado	141.329	211.888	70.559	49,93%

- (1) Superávit acumulado é o resultado da diferença entre a evolução do Ativo Líquido e do Passivo Atuarial.
- (2) Passivo Atuarial (denominado Provisão Matemática) representa o valor atual dos compromissos com benefícios já concedidos e a conceder, já descontada a expectativa de recebimento de contribuições futuras.
- (3) Ativo Líquido representa a parcela líquida do patrimônio reservada especificamente para a cobertura dos compromissos com benefícios concedidos e a conceder, já descontadas as provisões diversas.

A projeção da variação do Passivo Atuarial, calculada pelos métodos de financiamento e pelas hipóteses utilizadas na avaliação atuarial de 2005, foi de R\$ 70,4 milhões, montante que, deduzido do Ativo Líquido, resultaria em Superávit Técnico de R\$ 99,1 milhões para o exercício de 2006.

No entanto, agindo de forma conservadora, a FIBRA promoveu modificações que resultaram em aumento de R\$ 28,5 milhões no Passivo Atuarial, em especial: a) constituição de fundo de oscilação de rentabilidade atuarial; b) alterações nas hipóteses atuariais de crescimento salarial e rotatividade; e c) adoção da composição familiar efetiva nos benefícios concedidos, em substituição à expectativa regional adotada em 2005. Com isso, o acréscimo do Passivo Atuarial foi de R\$ 98,9 milhões, o que representou aumento de 9,97% em relação a dezembro de 2005.

Observa-se que o Ativo Líquido teve evolução maior do que o Passivo Atuarial, de R\$ 169,4 milhões contra R\$ 98,9 milhões, tendo atingido R\$ 1.302,5 milhões. Esse aumento de 14,95% no Ativo Líquido em relação ao exercício anterior apresenta a seguinte composição:

Valores em R\$ milhões

Ativo Líquido em 2005	1.133,1
(+) Rendimentos líquidos dos investimentos previdenciais	186,9
(+) Efeito patrimonial positivo da atualização da rescisão da dação em pagamento e do crédito do impacto atuarial decorrente da alteração do critério da periculosidade	17,1
(-) Saldo previdencial negativo (receitas < despesas previdenciais)	(0,8)
(-) Constituição de Fundo Previdencial	(26,6)
(=) Ativo Líquido em 2006	1.302,5

# Receitas de contribuições previdenciais

A FIBRA recebeu R\$ 41,9 milhões de receitas previdenciais, oriundas das patrocinadoras ITAIPU e FIBRA e dos participantes ativos, assistidos e autopatrocinados. Essa operação representou decréscimo de 1,11% em relação ao exercício anterior, motivado principalmente pelo Programa de Desligamento Incentivado (PDI) promovido pela patrocinadora ITAIPU Binacional.

				Valores em R\$ mil
Origem da Contribuição		2005	2006	Variação %
	Normal	20.695	20.308	(1,87%)
PATROCINADORAS	Suplementar	3.201	3.141	(1,87%)
	Subtotal	23.896	23.449	(1,87%)
	Ativos	12.737	12.431	(2,40%)
	Autopatrocinados	447	660	47,65%
PARTICIPANTES	Aposentados	3.562	4.453	25,01%
	Jóias, Taxa de Inscrição e Outras	1.690	870	(48,52%)
	Subtotal	18.436	18.414	(0,12%)
17 P	TOTAL	42.332	41.863	(1.11%)

# Despesas previdenciais com pagamento de benefícios

As despesas com pagamento de benefícios atingiram R\$ 49,9 milhões em 2006, o que representa acréscimo de 22,46% em relação ao ano anterior. Esse acréscimo se deve à concessão de 132 novos benefícios entre 1º de dezembro de 2005 e 30 de novembro de 2006 e aos reajustes dos benefícios concedidos em novembro de 2006.

Valores em R\$ mil

				valores em na min
Tipo de Benefício		2005	2006	Variação
	Aposentadoria	35.623	44.550	25,06%
MENCAL CONTINUADO	Pensão	4.779	5.242	9,69%
MENSAL CONTINUADO ————	Auxílio-Reclusão	14	15	7,14%
	Subtotal	40.416	49.807	23,24%
	Resgate de Contribuição	313	70	(77,64%)
PAGAMENTO ÚNICO	Auxílio-Funeral	4	3	(25,00%)
<u> </u>	Subtotal	317	73	(76,97%)
	TOTAL	40.733	49.880	22,46%

A diferença entre receitas e despesas gerou, em 2006, um saldo negativo de R\$ 8,0 milhões nas contribuições previdenciais, o que coloca a FIBRA no estágio de maturidade econômico-financeira (equivalência entre contribuições e pagamento de benefícios). Destaque-se que a Fundação adota o regime de capitalização, podendo, em tese, operar até mesmo sem receita previdencial, desde que o Ativo Líquido seja suficiente para honrar os compromissos atuais e futuros.

# Resultado dos Investimentos

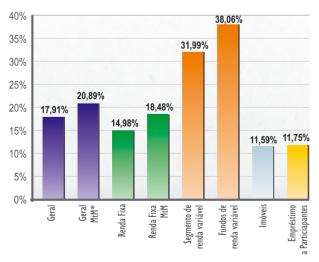
Em 2006, a FIBRA apresentou desempenho positivo na gestão de seus investimentos, tendo superado a Meta Atuarial (INPC + 6% ao ano) prevista para o ano. Esse desempenho decorre do trabalho realizado nos últimos anos para agregar valor à gestão, através de rebalanceamento de carteiras ou realocações em ativos com maior potencial de remuneração, tais como títulos de maior prazo e investimentos alternativos, entre os quais fundos multimercados, FIDC (Fundo de Investimento em Direitos Creditórios) e FIP (Fundo de Investimentos em Participações). A rentabilidade dos investimentos em 2006, pelo critério contábil (opção de marcação na curva de aquisição para os papéis mais longos), foi de 17,91%, o que representa 199% da meta atuarial de 8,98%. Considerando-se todos os títulos com a marcação a mercado, a rentabilidade de 2006 foi de 20,89%, o que corresponde a 233% da referida meta. A diversificação dos investimentos com diferentes indexadores garantiu esse resultado, gerando rendimento líquido positivo de R\$ 186,9 milhões, auferidos nos mercados de renda fixa, renda variável, imóveis e empréstimos aos participantes, já descontados os custos de CPMF, custódia, depreciação dos imóveis e honorários advocatícios.

O quadro abaixo permite a visualização dos índices de rentabilidade obtidos, comparados aos *benchmarks* de cada um dos mercados em que a Fundação atua:

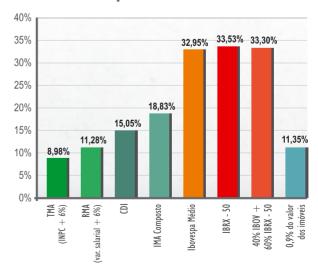
Segmentos	Rentabilidade obtida pela FIBRA	Parâmetros comparativos de mercado	
Geral - Método Contábil	17,91%	TMA (INPC + 6%) (1)	8,98%
Geral - Marcado a Mercado	20,89%	RMA (var. salarial + 6%)	11,28%
Renda Fixa – Método Contábil	14,98%	CDI	15,05%
Renda Fixa – Marcação a Mercado (3)	18,48%	IMA Composto <sup>(2)</sup>	18,83%
		IBOVESPA	32,95%
Renda Variável (4)	31,99%	IBRX-50	33,53%
		40% IBOV + 60% IBRX-50	33,30%
Imóveis	11,59%	0,9% do valor dos imóveis para locação	11,35%
Empréstimo a participantes	11,75%	TMA (INPC +6%)	8,98%

- (1) TMA (Taxa Mínima Atuarial) é o índice que compreende a variação do INPC de janeiro a dezembro de 2006, acrescido de 6 %.
- (2) O IMA (Índice de Mercado Andima) Composto é um índice que pondera os diversos grupos de risco de mercado de acordo com a alocação definida para a carteira da FIBRA com os subíndices correspondentes da família IMA.
- (3) Marcação a Mercado corresponde à rentabilidade calculada com os ativos atualizados a preços de mercado.
- (4) A rentabilidade da Renda Variável inclui a manutenção de hedge (seguro) como mecanismo de proteção contra grandes quedas da bolsa, a um custo anual de aproximadamente 4,8% da carteira de renda variável.

#### Rentabilidade das carteiras



#### Parâmetros comparativos do mercado



<sup>\*</sup> MtM = Marcação a Mercado

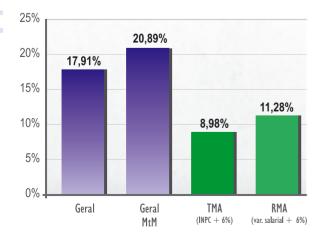
# Situação do mercado financeiro

Em 2006, o cenário econômico interno foi caracterizado pela continuidade da política monetária rígida, com inflação estabilizada e redução mais efetiva das vulnerabilidades externas, porém com baixo crescimento da economia. O setor externo trouxe benefícios para o Brasil, que continuou aproveitando a liquidez internacional e o preço do dólar para acumular reservas, o que gerou uma situação mais confortável para o País e melhorou seus indicadores externos. O mercado de capitais mostrou-se muito ativo, com liquidez abundante, produzindo superávit comercial e na balança de pagamento e recorde no ingresso de capital estrangeiro.

# **Decisões de investimentos** da FIBRA em 2006

A gestão dos investimentos da FIBRA – pautada pela ética e profissionalismo – busca superar a Rentabilidade Mínima Atuarial e assegurar a proteção dos ativos. A FIBRA atua em todos os mercados permitidos pela legislação em vigor, a fim de obter os retornos necessários de acordo com os objetivos definidos na Política de Investimentos (submetida à avaliação do Comitê de Investimentos e aprovada pelo Conselho Deliberativo), levando sempre em consideração o limite de risco da Fundação e a característica de seu passivo.

A elaboração dessa Política utiliza modernas técnicas de ALM (Gestão de Ativos Passivos), que servem para orientar a alocação de recursos em consonância com as necessidades do Passivo Atuarial. O estudo de ALM utilizou o modelo estocástico (método estatístico) como balizador das alocações de investimentos, melhorando a previsibilidade do desempenho da carteira no longo prazo e possibilitando balancear com mais precisão os grupos de ativos.



#### Rendimentos obtidos em renda variável

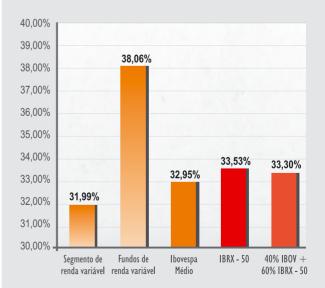
A rentabilidade da carteira de Fundos de Investimentos em Ações (FIAs) foi de 38,06%, tendo superado a meta de 33,30%, representada por 60% do IBRX-50 + 40 % do Ibovespa (estabelecida na Política de Investimentos). Se considerado o segmento de renda variável, que inclui a carteira dos Fundos de Investimentos em Participações (FIPs) e a carteira de Opções, utilizada como estratégia de *hedge\** (seguro), a rentabilidade do segmento de renda variável foi de 31,99%.

O bom desempenho da carteira de Fundos de Investimentos em Ações (FIAs) deve-se à diversificação dos investimentos em fundos de ações de empresas com bons fundamentos e boas expectativas de longo prazo, mas sem vínculo com índices tradicionais de mercado.

No decorrer do período, novas operações de *hedge* foram realizadas para proteger a carteira de ações. Esse mecanismo busca manter a rentabilidade assegurada em níveis previstos em contratos, sem limitar os ganhos diante da possibilidade de crescimento da economia brasileira, mas reduzindo os riscos na hipótese de ela ser afetada por crises internas ou externas. Ao final de 2006, a carteira contava com as seguintes proteções contra as variações do Ibovespa: 35,60% da carteira aos 35.470 pontos e vencimento em 14 fev. 2007, e 64,40% da carteira aos 42.000 pontos e vencimento em 12 dez. 2007.

O Índice da Bolsa de Valores de São Paulo (Ibovespa) encerrou 2006 com valorização de +32,95%, completando um ciclo inédito de quatro anos consecutivos de valorização. Desde 2003, o Ibovespa já acumulou ganho de 295%. Um dos principais fatores que impulsionaram essa valorização foi a forte queda do risco Brasil, que fechou o ano a 193 pontos.

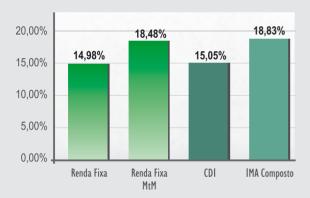
\*Hedge: mecanismo utilizado por operadores do mercado financeiro para se resguardar contra a flutuação de preços. O *hedge* perde valor à medida que o mercado se valoriza, mas limita grande parte das perdas quando o mercado está em baixa.



#### Rendimentos obtidos em renda fixa

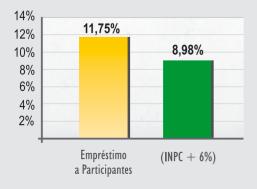
A FIBRA encerrou o exercício de 2006 com 75% do seu patrimônio – cerca de R\$ 941,3 milhões – alocado em investimentos nesse segmento. A rentabilidade da carteira de renda fixa, pelo critério contábil, foi de 14,98%, o que corresponde a 79,55% do seu *benchmark* – o Índice de Mercado Andima (IMA) – que foi de 18,83%, e a 99,53% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), que foi de 15,05%. Se calculada pelo método de marcação a mercado, a rentabilidade foi de 18,48%, o que corresponde a 98,14% do IMA, ou a 122,79% do CDI.

Dentre os fatores que contribuíram para um resultado em patamares mais baixos, destacamos os índices de preços: o IGP-M que acumulou no ano uma taxa de 3,83% e o IPCA de ficou em 3,14%. Em relação ao IMA, o rendimento foi menor devido ao *duration* (prazo de vencimento) da carteira, pois os vencimentos dos títulos indexados ao IGP-M e ao IPCA são mais curtos do que a média do mercado, sendo desfavoráveis em período de redução da taxa de juros.



# Rendimentos obtidos em **operações de Empréstimos**

A rentabilidade do segmento de empréstimos foi de 11,75%, tendo superado o referencial (INPC + 6% a.a.) de 8,98%.



#### Rendimentos obtidos em Imóveis

A rentabilidade do segmento de imóveis em 2006 foi de 11,59%. Essa rentabilidade superou o *benchmark* previsto na Política de Investimentos, que é de 0,9% ao mês sobre o valor contábil dos imóveis disponíveis para locação. Para manter a competitividade dos imóveis da FIBRA em face dos novos empreendimentos do setor, a Fundação promoveu gestões perante o condomínio do Centro Comercial Itália (CCI) para a implantação de um sistema de segurança no prédio. De acordo com o estudo de vocação do imóvel, esse item foi identificado como o fator mais relevante na competitividade com os novos empreendimentos imobiliários da cidade. A implantação foi aprovada e teve início em dezembro de 2006. Além disso, de modo a manter a rentabilidade e reduzir a vacância de alguns imóveis do CCI, a FIBRA contratou uma empresa especializada para atuar na busca de novos locatários do segmento corporativo.

#### Nova Estrutura da Carteira de Renda Fixa

Em 1º de outubro de 2004, foi sancionada a Lei nº 10.892, oriunda da MP nº 179, que implantou nova sistemática para as aplicações financeiras, mediante nova modalidade de conta bancária, a "conta investimento". Nesse modelo, as aplicações financeiras passaram a ser realizadas mediante transferência de saldos da conta corrente para a conta investimento, ficando essas movimentações isentas da Contribuição Provisória sobre Movimentações Financeiras (CPMF). A lei estabeleceu ainda que, após um período de 24 meses (encerrado em 1º de outubro de 2006), as aplicações existentes que não tivessem tido nenhuma movimentação ficariam também livres do imposto. Dessa forma, iniciou-se uma reavaliação da atual estrutura de gestão dos Fundos de Investimentos de Renda Fixa para adaptá-la à nova realidade, trabalho que serviu inclusive para identificar oportunidades de redução dos custos da gestão atual, otimização da estrutura, aumento da segurança na execução das operações e dos controles e melhorias na alocação dos diferentes riscos dos papéis.

#### **Plataformas Eletrônicas**

Em 2006, a FIBRA deu continuidade ao processo de adesão às plataformas eletrônicas de negociação no mercado de renda fixa, objetivando tornar sua atuação no mercado ainda mais segura e transparente. Para tanto, iniciou a implantação do SISBEX, o sistema eletrônico da Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&F), o qual fornece um conjunto de aplicativos para negociação e registro de operações com títulos em diversas modalidades operacionais. Através desse sistema serão negociados Títulos Públicos Federais para a Carteira Própria.

## Política de Investimentos para 2007

Em atendimento à Resolução CMN nº 3.121, de 25 setembro de 2003, em dezembro de 2006 foi revista a Política de Investimentos da FIBRA para 2007. Além das atualizações oriundas da legislação, realizou-se minuciosa revisão e reordenação geral dos temas, com o objetivo de tornar sua leitura e compreensão mais simples e acessível. O Resumo da Política de Investimentos para 2007 está disponível nos documentos anexos a este Relatório.

# Fatos relevantes de 2006

# Origem e Destinação dos Recursos da FIBRA

A seguir são apresentadas informações relevantes acerca da origem e destinação dos recursos da FIBRA, incluindo participantes, patrocinadoras, governo, empregados e fornecedores, as quais demonstram o cumprimento do papel social da Fundação:

Valores e	m R\$ m
-----------	---------

ORIGEM DOS RECURSOS			
Contribute 2 or more identified	Contribuições previdenciárias dos participantes	18.414	10.200/
Contribuições previdenciárias	Contribuições previdenciárias das patrocinadoras	23.449	16,38%
	Resultado líquido dos investimentos antes dos impostos	189.198	
Investimentos	Atualização da rescisão da dação em pagamento e crédito decorrente da alteração do critério de cálculo da periculosidade	17.216	80,74%
O. tora	Contribuição da ITAIPU para custeio administrativo	7.348	2,88%
Outras	Outras receitas	5	
TOTAL DA ORIGEM DOS RECURSOS		255.630	100,00%

Valores em R\$ mil

DESTINAÇÃO DOS RECURSOS				
	Assistidos (valor líquido de aposentadorias, pensões, auxílio-reclusão, excluindo o imposto de renda)	43.759		
PARTICIPANTES	Ex-participantes (resgate de contribuições)	58	93,84%	
TAINICITAINIES	Participantes em geral (aumento nas reservas para pagamento de benefícios futuros)	98.888	33,04%	
	Participantes em geral (formação de superávit e fundo previdencial em 2006)	97.178		
	Decorrente da condição de fundo de pensão (PIS, COFINS, CPMF)	1.045		
GOVERNO (Recolhimento de Tributos)	Decorrente da condição de empregador e contratante (IR, INSS, FGTS, Salário-Educação, etc.)	1.286	3,28%	
	Decorrente do pagamento de aposentadorias e restituições (IR)	6.063		
	Salários, férias e 13º salário (descontados IR e INSS)	2.391		
	Vale-refeição	196		
	Saúde – Pamho	147		
	Auxílio à Educação	18		
EMPREGADOS	Capacitação e desenvolvimento profissional	99	1,43%	
	Participação nos Resultados	341		
	Previdência Privada	425		
	Seguro de vida em grupo	42		
	Auxílio-creche	4		
FORNECEDORES	Atuário, advogados, auditorias, administração dos investimentos, comunicação social, manutenção de equipamentos e software	804	0,31%	
DIVERSOS	Aluguéis, material de expediente, água, luz, telefone, serviços gerais e despesas bancárias	833	0,33%	
Constituição do Fundo Administrativo n	o exercício (sobra rec. adm.)	2.053	0,81%	
TOTAL DE RECURSOS DESTINADOS (1)		255.630	100,00%	

<sup>(1)</sup> Não inclui despesas com custódia, depreciação de imóveis e despesas de investimentos

# Atuação da FIBRA junto a seus participantes

#### Abrangência da Proteção Social

A FIBRA estendeu sua proteção social a 6.379 pessoas em 2006, entre elas 1.488 participantes ativos, 794 participantes aposentados, 132 pensionistas, 1 em auxílio-reclusão, 8 autopatrocinados, 12 em vesting e 3.944 beneficiários indiretos.

#### Pagamento de Benefícios

Em 2006, a FIBRA despendeu R\$ 49,8 milhões em pagamentos de benefícios para 926 assistidos. Desde a sua criação, a FIBRA já injetou quase R\$ 500 milhões\* na economia.

\*Corrigidos anualmente pelo INPC

#### Plano de Desligamento Incentivado

No decorrer de 2006, foram concedidos 132 benefícios a participantes que aderiram ao Plano de Desligamento Incentivado (PDI) em 2005. Como um dos objetivos do PDI é permitir a renovação parcial do quadro funcional, nesse mesmo período 102 novos empregados da ITAIPU passaram a ser participantes da FIBRA, com idade média inferior a 35 anos. Essa variação da massa de participantes continuará ocorrendo até o final de 2009, quando se aposentarão os últimos participantes que optaram pelo autopatrocínio.

Considerando-se que as reservas para os que se aposentaram já estavam plenamente constituídas, essa quantidade de aposentadorias não tem nenhum efeito adverso sobre o equilíbrio do Plano de Benefícios.

O novo perfil do quadro, com diminuição da idade média e do salário médio, indica uma tendência de redução do custo do plano para os próximos anos, a persistirem as atuais hipóteses atuariais.

## Diálogo com participantes e com a patrocinadora

Foram realizadas 7 reuniões, abertas a todos os participantes, para apresentação do Relatório Anual de 2005 em Curitiba, Foz do Iguaçu e Rio de Janeiro, cidade onde fica a sede da SAPI (Associação dos Aposentados Participantes da Fundação Itaipu).

Além dessas ações, a FIBRA continua atuando em conjunto com a ITAIPU no Programa de Reflexão para a Aposentadoria (PRA), promovendo palestras sobre os benefícios concedidos pelo INSS e pela Fundação, para que os participantes possam planejar melhor essa nova etapa da vida.

#### Grupo de Trabalho para Avaliação do Plano de Benefícios

No cumprimento de suas atribuições, o Grupo de Trabalho formado por representantes dos participantes, da ITAIPU e dos Sindicatos analisou o Plano de Benefícios da FIBRA, tendo seu relatório final sido aprovado pelo Conselho Deliberativo.

As principais conclusões e recomendações desse relatório são as seguintes:

- a) quanto ao crescimento salarial: utilização da curva logística apurada com dados dos participantes até 55 anos, aplicada sem limite de idade, em substituição à utilizada atualmente no Plano de Benefícios;
- b) quanto à rotatividade: utilização do cenário que exclui os anos de 1994, 1995 e 1998 em decorrência de distorções ocasionadas por planos de desligamentos. A pedido do consultor atuarial externo, foi elaborada nova análise da rotatividade utilizando-se a função polinomial, com rotatividade nula a partir dos 40 anos. Essa medida alterou a rotatividade média para 0,25%;
- c) quanto à taxa de juros: com base nos diversos cenários apresentados, o GT recomendou a manutenção temporária da taxa em 6% ao ano, dando-se continuidade aos estudos para avaliar a necessidade e oportunidade de redução futura dessa taxa.



Reunião do Grupo de Trabalho



# Qualidade no atendimento e na prestação dos serviços aos participantes

As instalações dos escritórios da FIBRA em Foz do Iguaçu e Curitiba foram reformadas em 2006. Em Foz, houve uma ampla revitalização nos ambientes internos e externos.

A recepção foi redecorada, tornando o ambiente mais confortável e bonito. Na área externa foi construída uma passarela coberta e executado um projeto de paisagismo. Além disto, a comunicação visual foi aprimorada, com a colocação de uma placa de granito com a logomarca da FIBRA. Em Curitiba, no 5º andar do edifício Parigot de Souza, foi substituído o carpete e instalado um novo sistema de climatização.



Escritório da FIBRA em Foz do Iguaçu

#### Modernização dos sites da Intranet / Internet

Em outubro de 2006, foram criadas novas páginas na internet e na intranet, com um layout moderno e novos sites que aumentaram a disponibilidade de informações e serviços. Com isso, os participantes assistidos já podem acessar, pela internet, em tempo real, saldos e extratos de empréstimos pessoais, demonstrativos de pagamento de benefícios e formulários do plano de saúde oferecido pela ITAIPU, além de obter informações técnicas e legais.

## Empréstimos aos participantes

O Programa de Assistência Financeira da FIBRA oferece aos participantes empréstimos com custos atraentes em relação aos vigentes no mercado. Para a Fundação, essa aplicação oferece rentabilidade satisfatória e segura, acima do mínimo atuarial.

Em 2006, a carteira de empréstimos firmou 1.687 contratos, tendo liberado mais de R\$ 13,3 milhões. O saldo da carteira em dezembro atingiu R\$ 37,6 milhões, com acréscimo de 9,6% em relação ao mesmo período de 2005. Os participantes, na sua maioria, mostram-se satisfeitos com a carteira de empréstimos. A última pesquisa de opinião revelou que 93,3% dos participantes ativos e 96,8% dos assistidos consideram "Ótimo" ou "Bom" o sistema de empréstimo, índices ligeiramente superiores aos do ano anterior. Em agosto de 2006, por sugestão do consultor atuarial, a Diretoria Executiva alterou a alíquota do prêmio de seguro dos empréstimos para 0,0586% ao mês sobre o saldo devedor, para manter o equilíbrio da conta garantidora do seguro.

#### Satisfação dos Participantes

O resultado da pesquisa de opinião realizada em 2006 mostrou que a FIBRA tem conseguido manter um alto índice de satisfação junto aos seus clientes. A nota média geral foi 9 para uma escala de 0 a 10, pouco superior à de 2005.

O destaque em 2006 foi o crescimento do grau de confiança e segurança dos participantes ativos com relação ao plano de benefícios, que passou de 87,2% em 2005 para 93,2%. Entre os aposentados, a segurança com relação ao benefício aumentou de 87,5% para 91,7% e, entre os pensionistas, houve aumento ainda maior, de 88,6% para 98,4%. E esse aumento está associado a uma redução significativa do número de participantes que "não confiam no plano".

# Atuação da FIBRA em relação a seus **colaboradores**

#### Satisfação dos Colaboradores

A fim de aumentar os índices de satisfação do corpo funcional, em junho de 2006 a FIBRA promoveu um encontro voltado para fortalecer e incentivar a integração e o espírito de equipe entre colaboradores e dirigentes. O evento foi coordenado por uma empresa de consultoria especializada em relacionamento interpessoal.

Ainda como instrumento de motivação, a FIBRA pagou a seus colaboradores um valor a título de Participação nos Resultados, com recursos oriundos da Sobrecarga Administrativa, não onerando, dessa forma, o custo do Plano Previdenciário. Tal benefício, que tem como base o atingimento de metas, vem sendo concedido desde 2003, refletindo-se tanto na melhoria dos resultados da Fundação quanto na maior satisfação dos colaboradores.

## Treinamento e Capacitação Técnica dos Colaboradores

Foram realizadas 1.726 horas de treinamento para os colaboradores, visando a melhoria da capacitação técnica e do relacionamento interpessoal. Esse resultado representa, em média, 47 horas/ano de treinamento para cada colaborador. A política de auxílio à educação beneficiou sete colaboradores nos estágios de graduação e mestrado, possibilitando o aprimoramento de seus conhecimentos e habilidades profissionais.



Seminário "Superando Desafios"

# Renovação do quadro da FIBRA

Em face de mudanças na estrutura administrativa da FIBRA, dois colaboradores da área de informática foram transferidos para outros setores da Fundação. Para substituí-los, foram contratados um analista de sistemas e um técnico de informática.

# Atuação da FIBRA junto à comunidade previdenciária

#### Participação nas Entidades Associativas

Em 2006, a FIBRA continuou participando da comunidade previdenciária. O Diretor Superintendente é Diretor da Associação dos Fundos de Pensão do Paraná (Previpar). Além disso, a FIBRA manteve sua participação no Conselho Deliberativo e nas Comissões Técnicas Nacionais de Comunicação e Fomento e de Investimentos da Associação Brasileira de Entidades Fechadas de Previdência Complementar (Abrapp), bem como nos Grupos Técnicos de Contabilidade de Apoio à Secretaria de Previdência Complementar, nas Câmaras Técnicas da Previpar e na Diretoria Técnica da Associação Nacional dos Contadores de Entidades de Previdência (Ancep).

#### Congresso dos Fundos de Pensão

Em 2006, Curitiba sediou o 27º Congresso Brasileiro de Fundos de Pensão, promovido pela Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (Abrapp). O evento teve como tema central "Gestão e Comunicação – Compromissos Permanentes" e reuniu mais de 2.100 participantes – um recorde de público – entre dirigentes, autoridades, especialistas e técnicos do sistema, para discutir as questões relacionadas com a previdência complementar no Brasil. A FIBRA desempenhou importante papel na coordenação local do evento. Diretores, conselheiros e colaboradores da Fundação também participaram ativamente dos debates e palestras.

# Atuação da FIBRA com a Comunidade

#### Responsabilidade Social

Desde 2004, com a adesão dos seus colaboradores e participantes ativos e assistidos, a FIBRA vem atuando em parceria com a patrocinadora ITAIPU na realização de uma série de projetos na área de Responsabilidade Social. Todas essas ações buscam melhorar a qualidade de vida das camadas menos favorecidas. Em 2006, em consonância com seu perfil de entidade socialmente responsável, a FIBRA coordenou uma série de projetos sociais, em especial:

**Projeto Abrace um Idoso** – a principal atividade foi a campanha "Espaço da Vovó – Auto-Estima não tem Idade" que beneficiou 179 senhoras residentes no Asilo São Vicente de Paulo, em Curitiba, com a construção de um espaço físico para atividades de higiene pessoal e cuidados estéticos, bem como para tratamentos de saúde alternativos. Além da obra física, a entidade recebeu uma cesta de alimentos no valor de R\$ 838,30, proveniente da sobra de caixa do projeto.

# Espaço da Vovó Auto-Estima não tem idade Espaço revitalizado com doações pessoais dos participantes da Fundação Italpu-BR de Previdência e Assistência Social - FIBRA, juntamente com as empresas parceiras. Metri - soluções em arquitetura e planejamento e Halisan Comércio de Môveis LTDA, sob a coordenação dos voluntários da FIBRA, todos comprometidos com a Responsabilidade Social. Curitite, dezembro de 2006

#### Projeto Cantinho da Solidariedade

– a FIBRA seleciona anualmente uma instituição para ser beneficiada por esse projeto. Em 2006, foi escolhido o Grupo de Adolescentes Abibe Isfer, de Curitiba. Os voluntários promoveram uma campanha de arrecadação de material escolar que beneficiou 45 crianças carentes e alunos de escolas públicas.

Projeto Tarde Feliz – tem como foco incentivar o envolvimento dos voluntários da Fundação com crianças ou idosos carentes. O trabalho abrange atividades de lazer, atividades culturais e atividades relacionadas com cuidados pessoais. Em 2006 foi beneficiado por esse projeto o Abrigo Santa Clara, de Curitiba, que aloja cerca de 30 residentes carentes.



## **4º Encontro de Participantes**

O 4º Encontro de Participantes ocorreu em Curitiba e reuniu cerca de 700 pessoas. O tema da confraternização, em 2006, foi "ITAIPU E FIBRA – Unindo Povos", numa homenagem às principais etnias que ajudaram na construção da hidrelétrica, com destaque para os brasileiros e paraguaios. Foram arrecadados mais de 600 quilos de alimentos não perecíveis, doados à escola municipal José Valenga, de Campo Magro, cujo coral infantil abrilhantou o evento, entoando o Hino Nacional Brasileiro.

# Colegiados da FIBRA têm nova composição

#### **Diretoria Executiva**

Em 3 de abril, os diretores Margaret Groff, Florício Medeiros da Costa e Sílvio Renato Rangel Silveira foram reconduzidos aos seus cargos para o triênio 2006-2009. No mesmo dia, porém, o Diário Oficial da União publicou decreto do Presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, que nomeou a então Diretora Superintendente da FIBRA, Margaret Groff, para a Diretoria Financeira Executiva da ITAIPU Binacional, em substituição a Gleise Hoffmann. No dia 4, o Diretor-Geral Brasileiro da IB, Jorge Samek, deu posse à nova Diretora e a Sílvio Renato Rangel Silveira como Diretor Superintendente da FIBRA, em substituição a Groff. Na ocasião foram nomeados Florício Medeiros da Costa para o cargo de Diretor de Seguridade e a empregada de carreira da FIBRA, Denyse Gubert Rocha, para o cargo de Diretora Administrativa e Financeira.



Diretoria Executiva: Florício, Denyse e Rangel

#### Posse do Conselho Deliberativo e do Comitê de Investimentos

Os participantes ativos e assistidos da FIBRA elegeram seus representantes para o Conselho Deliberativo e para o Comitê de Investimentos da Fundação nas eleições encerradas em dezembro de 2005. Os membros eleitos e nomeados para o Conselho Deliberativo e para o Comitê de Investimentos, com mandato de 1º de abril de 2006 a 31 de março de 2009, também foram empossados em 3 de abril em cerimônia realizada no prédio da ITAIPU Binacional em Curitiba.



Integrantes do Conselho Deliberativo : Reinaldo Rodrigues, Marcos Venício Benther de Lima, Luis Antonio Schwanz, Antonio José Correia Ribas, José Ricardo da Silveira, Ariel da Silveira

# Treinamento dos Colegiados

Os novos membros do Conselho Deliberativo e do Comitê de Investimentos participaram de uma série de treinamentos para subsidiá-los no exercício de suas funções. A primeira etapa ocorreu em 3 de abril, por ocasião da posse dos colegiados, quando foram realizadas palestras sobre "Tendências da Previdência Complementar" e "Alocação de Recursos e Política de Investimentos". A segunda foi um treinamento interno realizado em 24 e 25 de abril, em que foram abordados temas como o sistema de previdência e as principais legislações dos Fundos de Pensão, bem como a estrutura organizacional, o funcionamento e as ferramentas de gestão da FIBRA. O Conselho Deliberativo participou ainda de treinamento oferecido pela Abrapp, denominado "O Exercício da Função de Conselheiro", realizado em junho. Os membros do Conselho Fiscal participaram do curso "Relatório de Controles Internos e a Manifestação do Conselho Fiscal, com enfoque na Resolução CGPC nº 13".

# **Outros fatos** relevantes

#### Gestão FIBRA

#### Governança Corporativa - Resolução CGPC 13/2004 e Lei Sarbanes Oxley

Em 2006, no âmbito do trabalho já desenvolvido no ano anterior para implementação dos requisitos da Resolução CGPC nº 13, a FIBRA iniciou uma importante etapa de aprimoramento de seus mecanismos e ferramentas de Governança Corporativa, com a constituição de um Comitê de Controle de Riscos, responsável pela gestão dos riscos da Fundação. A equipe implementou uma solução composta de sistemática, metodologia e ferramentas, fornecida pela consultoria especializada em riscos, RiskOffice. Essa solução possibilita a integração da Gestão dos Riscos da FIBRA de forma dinâmica, propiciando melhoria contínua nos controles internos e mitigação dos riscos identificados e, permitindo ainda, conciliar o atendimento à lei Sarbanes Oxley com o disposto na Resolução CGPC nº 13, de modo a otimizar o processo e operacionalizar o controle. A consultoria possui vasta experiência no tema e no segmento, uma vez que presta serviços a cerca de 170 Fundos de Pensão. Com isso, a FIBRA busca a transferência de conhecimentos com visão do que está sendo praticado e testado no mercado.

#### Planejamento Estratégico

A FIBRA realizou eventos preparatórios para a elaboração do Planejamento Estratégico de 2007, atuando na área motivacional e metodológica, com vistas ao aprimoramento e disseminação da cultura de planejamento na Fundação. Os eventos intensificaram no corpo funcional o espírito de superação de desafios mediante inovação, criatividade, coesão, esforço e disciplina. Houve também treinamento de reciclagem para nivelar conceitos e subsidiar a tarefa de organização do planejamento.

Para 2007, a FIBRA reciclou a metodologia de elaboração do Planejamento Estratégico, adotando uma sistemática de formulação do Mapa Estratégico, conforme preconiza a ferramenta Balanced Scorecard. O Mapa Estratégico é um importante norteador para o estabelecimento das intervenções (projetos que visam promover incrementos mais significativos na gestão da FIBRA), indicadores e metas a serem atingidos.

# Alteração do Regulamento do Plano de Benefícios

Atendendo à solicitação da Secretaria de Previdência Complementar (SPC), a FIBRA efetuou alguns ajustes no Regulamento do Plano de Benefícios, principalmente com relação à inscrição de participantes, ao autopatrocínio, ao resgate e à portabilidade. Todos esses itens foram aprovados, tendo sido encaminhada uma cópia da 6ª versão consolidada do Regulamento a todos os participantes e assistidos. Essa versão também se encontra disponível na intranet e na internet.

#### Fiscalização e Auditorias

Além das auditorias externas do balanço e da gestão de investimentos, a FIBRA passou por processos de verificação pela empresa certificadora da ISO 9001, tendo obtido, novamente, níveis de conformidade com os padrões de qualidade que permitiram a renovação de seu certificado.

Em cumprimento ao artigo 19 da Resolução CGPC nº 13/04, o Conselho Fiscal emitiu e aprovou o "Relatório de Controles Internos e Manifestação do Conselho Fiscal do 1º semestre de 2006", compreendendo: (i) conformidade da gestão dos recursos garantidores dos planos de benefícios com as normas em vigor e com a política de investimentos; (ii) conformidade com as premissas e hipóteses atuariais; (iii) execução orçamentária; e (iv) conformidade dos controles internos. O relatório, que não conteve ressalvas, foi encaminhado ao Conselho Deliberativo.

#### Ambiente Regulatório

A Resolução CGPC nº 23, de 06.12.2006, que será publicada em 2007, dispõe sobre a divulgação de informações pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) aos participantes e assistidos vinculados aos planos de benefícios por elas administrados. Dentre as mudanças estabelecidas pela Resolução, destacam-se quatro: (i) o fim da obrigatoriedade de realização de auditorias atuariais e de benefícios; (ii) a criação de um relatório anual que consolida as principais informações a serem divulgadas aos participantes; (iii) a definição de prazo de 30 dias para divulgar alterações estatutárias e regulamentares; e (iv) novos prazos para remessa de vários documentos e relatórios à SPC.

A Resolução CGPC nº 18, de 28.03.2006, estabelece parâmetros técnicoatuariais para estruturação de plano de benefícios de entidades fechadas de previdência complementar, e dá outras providências.

A Resolução MPS/CGPC n° 19, de 25.09.06, altera a Resolução CGPC nº 6, de 30 de outubro de 2003, que dispõe sobre os institutos do benefício proporcional diferido, portabilidade, resgate e autopatrocínio em planos de entidade fechada de previdência complementar, e dá outras providências.



#### **Pendências Patrimoniais**

Em dezembro de 2006, a FIBRA possuía as seguintes pendências patrimoniais:

#### Títulos de Alagoas

Pelo acordo firmado entre os credores, a União e o Estado de Alagoas, os títulos estão sendo resgatados em 96 parcelas mensais, dos quais já foram recebidas 51 parcelas, no período de novembro de 2002 a dezembro de 2006. No entanto, restam pendências judiciais, principalmente as decorrentes de uma Ação Popular que tramita no Tribunal de Justiça de Alagoas, visando anular os títulos. A FIBRA se habilitou como litisconsorte nesse processo para obter a declaração de improcedência da Ação Popular.

#### **Banco Santos**

Em decorrência da intervenção no Banco Santos pelo Banco Central do Brasil em 12 de novembro de 2004 e a decretação da falência daquela instituição financeira em 20 de setembro de 2005, a FIBRA contratou o escritório Ulhôa Canto, Rezende e Guerra para o acompanhamento do processo. O escritório tem encaminhado relatórios mensais sobre os principais atos processuais. O processo falimentar, segundo esses relatórios, está em andamento, contando com a participação de um Comitê de Credores, que fiscaliza, em nome destes, os procedimentos adotados pelo Síndico da massa falida, sob as vistas do Ministério Público. A morosidade constatada se deve a dificuldades para reunir os ativos do extinto Banco Santos.

# **Tributação**

#### Imposto de Renda

Permanece em discussão judicial a cobrança de imposto de renda efetuada em 2002, que deu tratamento diferenciado às entidades abertas, com fins lucrativos, em detrimento das fechadas, que não visam lucros. Apesar de ter efetuado depósito judicial, a FIBRA foi autuada pela Receita Federal, que exigiu, indevidamente, o pagamento do IR relativo ao período da anistia, ou seja, de janeiro de 1997 a agosto de 2001, tendo a Fundação apresentado recurso voluntário ao Conselho de Contribuintes, do qual aguarda julgamento. Sem prejuízo dos direitos pleiteados nas ações individuais, em dezembro de 2005 a FIBRA desistiu das ações coletivas impetradas pela Abrapp, em atendimento ao disposto no artigo 94 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005.

Em setembro de 2006, a FIBRA obteve, por meio dos advogados que tratam da questão tributária, a emissão de Ofício Judicial à Caixa Econômica Federal, determinando a alteração da correção dos depósitos judiciais da conta relativa ao IRRF do processo que tramita na 6ª Vara Federal de Brasília. Com isso, a conta dos depósitos judiciais deverá passar a ser corrigida pela SELIC e não pela TR, como vinha ocorrendo. Resta a pendência quanto à correção do período passado, em que a conta vinha sendo corrigida pela TR, questão que deverá ser tratada nos autos.

#### **PIS/COFINS**

Em 2005, a FIBRA protocolou na Receita Federal, conforme determina a Instrução Normativa SRF nº 126/2002, declarações pelas quais desistia das ações judiciais que visavam afastar a incidência da COFINS e do PIS. A desistência deveu-se ao fato de, em 1ª Instância, terem sido julgadas improcedentes as ações ajuizadas pela FIBRA.

Os processos foram arquivados em dezembro de 2006, e os depósitos judiciais foram convertidos em renda da União Federal, o que corresponde ao tempestivo pagamento do crédito tributário discutido, para fins de gozo da anistia em questão, conforme consignado em decisão judicial. Com isso, não há mais qualquer contingência relacionada à COFINS e ao PIS, somente sendo devidos honorários de sucumbência e custas processuais, estimados em R\$ 20 mil, que poderão ser executados pela Fazenda Nacional.

Atualmente, a FIBRA vem recolhendo as contribuições da COFINS e do PIS diretamente à Receita Federal.





# **Balanço Patrimonial**

ATIVO	2006	2005
DISPONÍVEL	26	19
REALIZÁVEL	1.343.400	1.144.813
Programa Previdencial	94.866	93.288
Programa Administrativo	33	12
Programa de Investimentos	1.248.501	1.051.513
Renda Fixa	942.915	795.370
Renda Variável	246.573	199.881
Investimentos Imobiliários	21.356	21.901
Operações com Participantes	37.657	34.361
PERMANENTE	415	426
Imobilizado	346	329
Diferido	69	97
5	00	07

TOTAL DO ATIVO

imoma		R\$ mil
PASSIVO	2006	2005
EXIGÍVEL OPERACIONAL	2.679	2.403
Programa Previdencial	446	371
Programa Administrativo	543	562
Programa de Investimentos	1.690	1.470
EXIGÍVEL ATUARIAL	1.090.644	991.756
Provisões Matemáticas	1.090.644	991.756
Benefícios Concedidos	576.584	427.739
Benefícios a Conceder	557.202	613.663
Provisões Matemáticas a Constituir (-)	(43.142)	(49.646)
RESERVAS E FUNDOS	250.518	151.099
Equilíbrio Técnico	211.888	141.329
RESULTADOS REALIZADOS	211.888	141.329
Superávit Técnico Acumulado	211.888	141.329
FUNDOS	38.630	9.770
Programa Previdencial	26.618	-
Programa Administrativo	11.199	9.146
Programa de Investimentos	813	624
TOTAL DO PASSIVO	1.343.841	1.145.258

# Demonstração de Resultados

1.145.258

1.343.841

	2006	2005
PROGRAMA PREVIDENCIAL		
(+)Recursos Coletados	66.427	63.937
(-)Recursos Utilizados	(49.879)	(40.733)
(-)Constituições de Contingências	(41)	(71)
(-)Custeio Administrativo	(7.348)	(7.441)
(+)Resultado dos Investimentos Previdenciais	186.906	165.652
(-)Constituições de Provisões Atuariais	(98.888)	(143.702)
(-)Constituições de Fundos	(26.618)	-
(=)Superávit Técnico do Exercício	70.559	37.642
PROGRAMA ADMINISTRATIVO		
(+)Recursos Oriundos de Outros Programas	7.348	7.441
(+)Receitas	5	6
(-)Despesas	(6.987)	(6.298)
(+/-)Reversões/Constituições de Contingências	20	(3)
(+)Resultados dos Investimentos Administrativos	1.667	1.355
(=)Constituições de Fundos	(2.053)	(2.501)

		K\$ mil
	2006	2005
PROGRAMA DE INVESTIMENTOS		
(+)Renda Fixa	123.766	110.959
(+)Renda Variável	59.634	44.351
(+)Investimentos Imobiliários	2.258	8.257
(+)Operações com Participantes	4.166	4.572
(-)Relacionados com o Disponível	(624)	(500)
(-)Outros	(438)	(533)
(-)Resultados Transferidos de Outros Programas	(188.573)	(167.006)
(=)Constituições de Fundos	(189)	(100)

<sup>\*</sup> As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Demonstração do Fluxo Financeiro

	2006	2005
(+) PROGRAMA PREVIDENCIAL	15.004	16.388
(+) ENTRADAS	64.905	57.163
(+) Recursos Coletados	66.427	63.938
(+/-) Recursos a Receber	5.790	(6.785)
(-/+) Outros Realizáveis/Exigibilidades	(7.312)	10
(-) SAÍDAS	(49.901)	(40.775)
(-) Recursos Utilizados	(49.879)	(40.733)
(+) Utilizações a Pagar	19	29
(-) Constituições de Contingências	(41)	(71)
(-) PROGRAMA ADMINISTRATIVO	(6.991)	(6.220)
(+) ENTRADAS	25	6
(+) Receitas	5	6
(+) Reversões de Contingências	20	-
(-) SAÍDAS	(7.016)	(6.226)
(-) Despesas	(6.987)	(6.298)
(-/+) Despesas a Pagar	(52)	57
(-) Despesas Futuras	(11)	-
(+/-) Permanente	11	(49)
(+) Outros Realizáveis/Exigibilidades	23	67
(-) Constituições de Contingências	-	(3)

		R\$ mil
	2006	2005
(-) PROGRAMA DE INVESTIMENTOS	(8.006)	(10.196)
(-) Renda Fixa	(23.779)	(32.329)
(+) Renda Variável	12.942	21.510
(+) Investimentos Imobiliários	2.803	3.276
(+/-) Operações com Participantes	875	(1.032)
(-) Relacionadas com o Disponível	(624)	(500)
(-) Relacionadas com Tributos	-	(812)
(-) Outros	(223)	(309)
(=) Fluxo nas Disponibilidades	7	(28)
(=) Variação nas Disponibilidades	7	(28)

# Demonstração Patrimonial e de Resultados - Plano de Benefícios da FIBRA - CNPB nº19.880.012-18 - R\$

ATIVO	2006	2005
ATIVO	1.343.840.532,39	1.145.257.777,70
DISPONÍVEL	26.394,72	18.770,62
CONTAS A RECEBER	94.898.643,29	93.300.079,69
APLICAÇÕES	1.248.500.625,54	1.051.513.016,72
Renda Fixa	942.914.611,75	795.370.374,35
Renda Variável	246.573.023,46	199.880.624,03
Imóveis	21.356.082,48	21.901.264,14
Empréstimos/Financiamentos	37.656.907,85	34.360.754,20
BENS DE USO PRÓPRIO	414.868,84	425.910,67

#### Comentários sobre a RENTABILIDADE do Plano:

A rentabilidade geral da FIBRA, apurada pelo atuário pelo método de Taxa Interna de Retorno (TIR) com fluxo mensal, foi de 17,98% (18,87% em 2005), superior portanto à meta atuarial esperada, calculada pelo INPC + 6% ao ano, que foi de 8,74% (11,86% em 2005), e também superior à Rentabilidade Mínima Atuarial efetiva de 11,28% (15,39% em 2005).

#### Comentários sobre o CUSTEIO ADMINISTRATIVO do Plano:

 $\label{eq:anisotropy} A importância gasta em despesas administrativas no exercício de 2006 representou, do total das receitas previdenciais:$ 

14,18% (12,65% em 2005) - se considerarmos todas as despesas administrativas, dos programas previdencial e de investimentos, custeadas pela sobrecarga administrativa, cujo limite é 15% das contribuições previdenciais.

8,81% (7,92% em 2005) - se considerarmos o critério permitido pela legislação vigente de custear as despesas de administração dos investimentos com recursos do próprio programa de investimentos (critério utilizado pela Secretaria de Previdência Complementar para verificação do cumprimento do limite de 15%).

PASSIVO	2006	2005
PASSIVO	1.343.840.532,39	1.145.257.777,70
CONTAS A PAGAR	2.678.717,05	2.403.016,14
VALORES EM LITÍGIO	-	-
COMPROMISSOS COM		
PARTICIPANTES E ASSISTIDOS	1.090.644.009,82	991.756.436,87
FUNDOS	38.629.480,88	9.769.339,48
SUPERÁVIT TÉCNICO ACUMULADO	211.888.324,64	141.328.985,21

### Demonstração de Resultados

3		
	2006	2005
(+) Contribuições - Inclui rendimentos da rescisão da dação em pagamento no valor de R\$ 14.163 Mil em 2005 e R\$ 9.848 Mil em 2006	66.426.989,82	63.937.714,62
(-) Benefícios	(49.879.135,58)	(40.732.913,92)
(+) Rendimentos das Aplicações	188.573.854,02	167.105.837,83
(=) RECURSOS LÍQUIDOS	205.121.708,26	190.310.638,53
(-) Despesas com Administração	(6.982.712,12)	(6.291.829,72)
(-) Utilização de valores em litígio	(21.131,51)	(73.864,46)
<ul> <li>(-) Utilização dos compromissos com participantes e assistidos (formação de provisões matemáticas)</li> </ul>	(98.887.572,95)	(143.703.073,29)
(-) Utilização de fundos para riscos futuros	(28.670.952,25)	(2.600.308,26)
(=) SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO	70.559.339,43	37.641.562,80

<sup>\*</sup> As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



# Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2006 e de 2005 - Em milhares de reais

# 1 Contexto operacional

A Fundação ITAIPU - BR de Previdência e Assistência Social - FIBRA, entidade patrocinada pela ITAIPU Binacional (entidade jurídica de direito internacional) e pela própria Fundação, é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos e com autonomia administrativa e financeira, autorizada a funcionar por prazo indeterminado pela Portaria n.º 4.367, de 30 de novembro de 1988, do Ministério da Previdência e Assistência Social.

Na forma de suas disposições estatutárias e regulamentares, a entidade tem como finalidade principal, suplementar os benefícios previdenciários a que têm direitos os participantes e respectivos dependentes, nos termos do regulamento e do seu plano de benefícios e de custeio.

Em 31 de dezembro de 2006, a entidade encontra-se enquadrada nos limites estabelecidos pela Resolução nº 3.121, do Conselho Monetário Nacional.

O Plano de Benefícios da FIBRA é único e pertence à modalidade de "Benefício Definido", tendo como principal objetivo, complementar o benefício de aposentadoria, concedido pela Previdência Social, limitado às carências previstas pelo regulamento.

Os benefícios abrangidos pelo plano de benefícios da FIBRA são os seguintes:

- · suplementação de aposentadoria por tempo de contribuição;
- suplementação de aposentadoria por invalidez;
- suplementação de aposentadoria por idade;
- suplementação de aposentadoria especial;
- suplementação de pensão;
- auxílio-reclusão;
- · auxílio-funeral por morte de beneficiário; e
- suplementação do abono anual.

Os níveis básicos dos benefícios, bem como suas respectivas elegibilidades são previstas pelo regulamento.

Como a entidade administra somente um plano de benefícios, a estrutura de gestão dos investimentos é realizada internamente pela própria entidade e por intermédio de gestores contratados, conforme definido na sua política de investimentos.

# 2 Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e em consonância às diretrizes contábeis estabelecidas pelo Conselho de Gestão de Previdência Complementar – CGPC, órgão do Ministério da Previdência e Assistência Social-MPS, aplicáveis as entidades fechadas de previdência complementar.

Essas demonstrações não requerem a apresentação segregada de ativos e passivos circulantes e longo prazo e incluem a totalidade dos ativos e passivos do plano de benefícios mantido pela entidade.

# 3 Resumo das principais práticas contábeis

Em atendimento ao subitem 21, do item IV, do anexo E, da Resolução CGPC nº 05/2002 de 30 de janeiro de 2002 e alterações através da Resolução CGPC nº 10/2002 de 05 de julho de 2002 do Conselho de Gestão de Previdência Complementar – CGPC, apresentamos a seguir as principais práticas contábeis utilizadas para a elaboração das demonstrações contábeis.

## 3.1 Apuração de resultados

O resultado do exercício é apurado pelo regime de competência.

# 3.2 Programa de investimentos

- · Renda fixa e renda variável
  - Considerando as disposições das Resoluções do CGPC nº 4/02, de 30 de janeiro de 2002, e CGPC nº 8/02, de 19 de junho de 2002, os títulos e valores mobiliários são classificados em:
  - (i) Títulos para negociação quando adquiridos com o propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer da data de aquisição; e
  - (ii) Títulos mantidos até o vencimento quando a intenção da administração, e considerando a capacidade financeira da entidade, é manter os referidos títulos em carteira até o vencimento, considerando prazos mínimos de vencimento e classificação de risco do título.

Os títulos classificados no item (i) acima, são avaliados mensalmente ao valor de mercado e seus efeitos reconhecidos em conta específica na demonstração do resultado do exercício.



Os títulos classificados no item (ii) na página anterior, são avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, até a data do balanço.

#### Investimentos imobiliários

Demonstrados ao custo de aquisição e ajustado a valor de mercado por reavaliação efetuada em dezembro de 2005, suportada por laudos técnicos, menos depreciação acumulada e acrescida dos aluguéis a receber, conforme determina a Resolução nº 5, de 30 de janeiro de 2002, do CGPC. As depreciações são calculadas pelo método linear, pelo prazo de vida útil restante para os imóveis reavaliados.

#### OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES

Registra as operações de empréstimos concedidos a participantes (ativos e assistidos). As operações feitas anteriormente a 2003 são atualizadas pelo índice Taxa Referencial - TR, acrescidas de juros de 1% ao mês, enquanto que as operações efetuadas a partir de 2003, são atualizadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, acrescidas de juros de 0,7% ao mês.

#### · Provisão para perdas

Constituída considerando avaliação de riscos de crédito em investimentos realizados em instituições sob regime especial ou considerados de difícil realização, sendo considerada suficiente para cobrir eventuais perdas.

## 3.3 Ativo permanente

Avaliado pelo custo de aquisição e considera:

- Depreciação de acordo com a vida útil estimada dos bens, sendo 10% para móveis e utensílios e máquinas e equipamentos e 20% para computadores e periféricos, calculada pelo método linear.
- · Amortização do diferido, pelo prazo de 5 anos.

## 3.4 Exigível operacional

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos.

# 3.5 Exigível contingencial

Os valores registrados no exigível contingencial relativos a Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF do Programa de Investimentos, que por decisão judicial estão com a exigibilidade suspensa, estão apresentados líquidos dos seus respectivos depósitos judiciais.

Durante o exercício de 2004, a Fundação depositou o IRRF judicialmente, tomando como base a alíquota de 20% sobre

os rendimentos auferidos, limitado a 12% da contribuição da patrocinadora, conforme estabelece a Medida Provisória MP nº 2.222, de 04 de setembro de 2001.

Com a publicação da Lei nº 11.053, em 29 de dezembro de 2004, a partir de 1º de janeiro de 2005, a Fundação passou a ser isenta do pagamento do imposto de renda. (nota explicativa 6).

#### 3.6 Provisões matemáticas

As provisões matemáticas do plano de benefícios são determinadas em bases atuariais, segundo cálculos de consultor atuarial externo, contratado pela entidade, Jessé Montello Serviços em Atuária e Economia Ltda. e representam, ao fim de cada período, os compromissos acumulados relativamente aos benefícios concedidos e a conceder aos participantes ou aos seus beneficiários. Na avaliação atuarial de 2006, foram promovidas as seguintes modificações nos métodos de financiamento e hipóteses, em relação ao exercício de 2005: constituição de fundo de oscilação de rentabilidade atuarial; alterações nas hipóteses atuariais de crescimento salarial e rotatividade; e adoção da composição familiar efetiva nos benefícios concedidos, em substituição à expectativa regional adotada em 2005 conforme consta do parecer atuarial. Estas modificações resultaram na diminuição do Superávit Técnico de R\$ 28.501 em 2006.

As provisões matemáticas foram reavaliadas pelo atuário responsável na data base de 31 de dezembro de 2006.

A entidade adota o método de crédito unitário projetado para o cálculo das provisões matemáticas de todos os benefícios, exceto os relativos a auxílio-reclusão e funeral, que foram avaliados pelos métodos de capital de cobertura e repartição simples, respectivamente. A estrutura do cálculo atuarial contempla aumentos salariais de 1,94% (2005 – 2,81%) ao ano, uma taxa de rotatividade média de 0,25% ao ano (2005 – 1,06%) e uma taxa de retorno dos investimentos à razão de 6% (2005 – 6%) ao ano depois de descontados os efeitos da inflação.

#### · Benefícios concedidos

A provisão de benefícios concedidos representa o valor atual dos benefícios do plano com os compromissos futuros da entidade para com os participantes que já estão em gozo de benefícios de prestação continuada, aposentadorias e pensões.

#### · Benefícios a conceder

A provisão de benefícios a conceder representa a diferença entre o valor atual das obrigações futuras da entidade e o valor atual das contribuições futuras das patrocinadoras e dos participantes, conforme descrito a seguir:



- (i) os benefícios do plano com a geração atual correspondem ao valor atual dos benefícios a serem concedidos aos integrantes da geração atual que ainda não estejam em gozo de benefício de prestação continuada.
- (ii) outras contribuições da geração atual registram o valor atual das contribuições futuras, com prazo de vigência indeterminado, a serem realizadas pelas patrocinadoras, excluindo-se toda e qualquer contribuição cujo recebimento dependa do ingresso de novos participantes no plano (ou de novos empregados das patrocinadoras), bem como as contribuições a serem recolhidas pelas patrocinadoras sobre o valor dos benefícios a serem pagos aos integrantes da geração atual.

#### Provisões Matemáticas a constituir

Correspondem à parcela de provisão a constituir relativa ao tempo de serviço anterior e que está sendo integralizada por taxa suplementar sobre a folha de salários dos empregados da patrocinadora, a vigorar durante 480 meses a contar da data de constituição da entidade, em abril de 1988, e amortizada pelo mesmo prazo.

#### 3.7 Fundos

#### PROGRAMA PREVIDENCIAL

Corresponde ao Fundo de Oscilação de Rentabilidade Atuarial, no valor de R\$ 26.619 constituído atuarialmente para garantir questões que, eventualmente, possam vir a interferir na capacidade da Fundação em obter a taxa de juros de 6% ao ano, necessária ao equilíbrio atuarial do plano.

#### Programa administrativo

#### Permanente

Compreende um fundo constituído pelos valores registrados no ativo permanente. Sua finalidade é segregar os recursos do programa administrativo dos recursos do programa previdencial, com o objetivo de retirá-lo do ativo líquido que garante as provisões matemáticas.

#### **Financeiro**

A contribuição para atender aos gastos administrativos da FIBRA, segundo os procedimentos de execução financeira com relação às contribuições da patrocinadora ITAIPU Binacional para a entidade, é repassada pelo limite de 15% das contribuições e as eventuais sobras entre esse limite e o valor efetivamente realizado são mensalmente contabilizadas no fundo administrativo para custeio futuro.

#### · Programa de investimentos

Constitui a reserva de garantia de empréstimos para fazer face à cobertura do saldo devedor dos empréstimos contraídos pelos participantes que vierem a falecer ou a ficar inválidos, bem como para quitar débitos previdenciários dos assistidos e pensionistas.

# 3.8 Transferências interprogramas

#### · Programa de investimentos

As receitas dos investimentos mensais (correção monetária, juros, deságio, prêmios, dividendos, lucros de venda, etc.), deduzidas das despesas (imposto de renda, IOF, prejuízos na venda, ágio, etc.), são transferidas para os programas previdencial e administrativo, de acordo com os recursos de cada programa.

#### · Programa previdencial

Este programa recebe valores transferidos do programa de investimentos, relativos ao resultado das aplicações dos recursos disponíveis do plano de benefícios e transfere valores para o programa administrativo para cobertura das despesas administrativas.

#### PROGRAMA ADMINISTRATIVO

Este programa recebe valores transferidos do programa de investimentos, relativos ao resultado das aplicações do fundo administrativo disponível, além dos valores transferidos do programa previdencial para cobertura das despesas administrativas.

#### 3.9 Custeio administrativo

As despesas administrativas são contabilizadas no programa administrativo, e a importância gasta em despesas administrativas no exercício de 2006 representou, do total das receitas previdenciárias:

- 14,18%, (12,65% em 2005) considerando todas as despesas administrativas, dos programas previdencial e de investimentos, custeadas pela sobrecarga administrativa (critério contabilizado);
- 8,81%, (7,92% em 2005) considerando o critério permitido pela legislação vigente de custear as despesas de administração do programa de investimentos com recursos do próprio programa de investimentos (critério utilizado pela Secretaria de Previdência Complementar para verificar o cumprimento do limite de 15%).



# 4 Realizável

# 4.1 Programa previdencial

	2006	2005
Recursos a receber		
Contribuições normais e sobrecarga administrativa	3.724	3.892
Patrocinadora	3.678	3.870
Autofinanciados	46	11
Jóias	-	11
Contribuições extraordinárias – patrocinadora	478	502
Contribuições contratadas – ITAIPU Binacional	83.296	88.894
Outras contratações - Rescisão de Dação em Pagamento (nota explicativa 10)	83.296	88.894
Outros realizáveis – programa previdencial	7.368	
Crédito referente ao Impacto Atuarial decorrente de alteração no cálculo de periculosidade – ITAIPU Binacional	7.368	-
	94.866	93.288

#### Outros Realizáveis – Programa Previdencial

O valor demonstrado em 2006, em "Outros realizáveis" – crédito referente ao impacto atuarial decorrente de alteração no cálculo de periculosidade – ITAIPU Binacional, no valor de R\$ 7.368, refere-se a importância a ser paga em 6 parcelas, a partir de julho de 2007, pela patrocinadora ITAIPU, relativo a repercussão futura esperada para o Passivo Atuarial do Plano de Benefícios da FIBRA em decorrência da mudança efetivada, na forma de pagamento da periculosidade a seus empregados. O procedimento de cobertura para estes casos está previsto no parágrafo 1º do artigo 75 do Regulamento do Plano de Benefícios.

# 4.2 Programa administrativo

	2006	2005
Despesas futuras	22	11
Adiantamentos	22	11
Outros realizáveis	11	1
Créditos junto a terceiros	11	1
	33	12

#### Outros Realizáveis - Programa Administrativo

Do valor demonstrado em 2006, em "Outros realizáveis" – créditos junto a terceiros, R\$ 9, refere-se a importância a ser ressarcida pela patrocinadora ITAIPU Binacional à Fundação, relativo ao pagamento feito pela Fundação de dívida de taxas decorrentes de serviços públicos executados no imóvel Gleba 27-B, em Foz do Iguaçu, imóvel que constou da reversão da dação em pagamento, firmada entre a ITAIPU Binacional e a FIBRA.

# (a) 4.3 Programa de investimentos

Renda Fixa Títulos para negociação				
		2005		
	Custo histórico de aquisição	Valor de mercado	Custo histórico de aquisição	Valor de mercado
Carteira Própria				
Debêntures	4.550	4.836	4.550	4.945
Fundo RB Fidúcia HIGH Icome Instit. FIDC - Rio Bravo S.A. – DTVM	5.299	5.254	5.299	5.799
Fundo Crédito FI – Renda Fixa	-	-	3.000	3.144
Araras Fl Multimercado	5.878	5.924	-	-
NTN	57.664	60.645	-	-
Fundos Exclusivos				
Authentic FAQ - Votorantim Asset Management DTVM Ltda.	81.078	85.054	38.021	39.560
Diamante FAQ - Banco Safra S.A.	73.177	76.783	40.641	43.693
FAQFIF BNP - Banco BNP Paribas Brasil S.A.	77.382	100.103	69.448	81.842
Total de Títulos para negociação	305.028	338.599	160.959	178.983



Renda Fixa Títulos mantidos até o vencimento				
		2006		2005
	Custo histórico de aquisição	Valor atualizado pela curva dos ativos	Custo histórico de aquisição	Valor atualizado pela curva dos ativos
Carteira Própria				
Certificados de Recebíveis Imobiliários	2.835	5.213	3.242	5.756
Debêntures Não Conversíveis	6.429	8.895	15.878	16.541
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	22.456	29.428	39.857	60.887
Letras Financeiras do Tesouro LFT-B	16.190	33.424	20.390	36.573
Notas do Tesouro Nacional - NTN	130.149	136.889	76.375	77.493
Fundos Exclusivos				
Authentic FAQ - Votorantim Asset Management DTVM Ltda.	121.883	143.137	126.200	141.428
Diamante FAQ - Banco Safra S.A.	70.317	84.539	93.381	138.200
FAQFIF BNP - Banco BNP Paribas Brasil S.A.	138.732	162.791	111.974	139.509
Total de Títulos mantidos até o vencimento	508.991	604.316	487.297	616.387
Total Renda Fixa	814.019	942.915	648.256	795.370

Os títulos e valores mobiliários de renda fixa possuem os seguintes vencimentos:

	Para negociação	Mantidos até o vencimento	Total
Até 60 dias	195.156	11.439	206.595
De 61 a 180 dias	50.619	96.322	146.941
De 181 a 360 dias	11.779	67.215	78.994
Acima de 360 dias	81.045	429.340	510.385
	338.599	604.316	942.915

A classificação dos prazos é apresentada de acordo com os vencimentos dos títulos da carteira própria e em fundos de investimentos.

#### Letras Financeiras do Tesouro –LFT-Bs

A FIBRA possui em 31 de dezembro de 2006, R\$ 33.424 em Letras Financeiras do Tesouro - LFT-Bs, recebidas do Tesouro Nacional em decorrência dos termos do acordo entre credores e o Estado de Alagoas e do aditamento ao contrato entre a União, FIBRA e o Estado de Alagoas.

Restam pendências judiciais decorrentes do teor da Resolução do Senado Federal nº 53/2002, que introduziu o risco de restituição de valores na hipótese de manifestação final da Justiça pela invalidade dos títulos, risco esse considerado mitigado pela possibilidade de compensação com créditos constituídos ou a constituir, decorrentes de ações judiciais movidas pela FIBRA e de documentos firmados pelo Estado de Alagoas por ocasião do acordo.

Das 96 parcelas previstas, 50 já foram recebidas, sendo 2 em 2002, 12 em 2003, 12 em 2004, 12 em 2005 e 12 em 2006. O detalhamento dos valores envolvidos no acordo, bem como os reflexos nas demonstrações financeiras da entidade em 2006, estão demonstrados a seguir:

Valor das LFT-Bs no início do exercício de 2006, já descontadas as parcelas recebidas até em 2005 e o desconto repassado ao Estado de Alagoas por ocasião do acordo firmado	36.573
(+) Rendimentos apropriados no exercício de 2006	4.969
(-) Parcelas recebidas no exercício de 2006	(8.118)
(+) Créditos condicionais a receber, previstos no acordo firmado	6.042
(-) Provisão para perda dos créditos a receber	(6.042)
(=) Saldo em 31 de dezembro de 2006	33.424

# Negociação de Títulos Classificados na Categoria "Títulos Mantidos até o Vencimento"

Visando garantir uma taxa de juros mais elevada por um prazo maior, em 2006 a FIBRA antecipou a substituição de lotes de títulos federais por vencimentos mais longos, junto a fundos exclusivos, conforme previsto no art. 1º da Resolução CGPC 15, de 23 de agosto de 2005. As operações de vendas e compras bem como os resultados destas operações estão a seguir demonstrados:



Operação	Quantidade/ Título	Carteira/ Fundo exclusivo	Venci- mento	Data negociação	Valor ne- gociação	Valor atualizado pela curva do ativo	Resul- tado da operação
Venda	1.500 - LFT	Diamante FI	16/08/06	31/05/06	4.112	4.110	2
Venda	5.150 - LFT	Bodeaux Fl	15/11/06	31/05/06	14.118	14.094	24
Venda	4.800 - LFT	Diamante Fl	18/10/06	08/06/06	13.203	13.186	17
Total Vendas					31.433	31.390	43
Compra	10.000 - NTN - B	Diamante Fl	15/05/11	31/05/06	13.256	13.256	-
Compra	10.000 - NTN - B	Bodeaux Fl	15/05/11	31/05/06	13.308	13.308	-
Compra	10.000 - NTN - B	Diamante Fl	15/05/11	08/06/06	13.244	13.244	-
Total Compras					39.808	39.808	

#### Provisões CDBs de emissão do Banco Santos S.A.

No segmento de renda fixa, os títulos classificados para negociação nas carteiras dos fundos exclusivos são compostos por CDBs com prazo até 90 dias, títulos federais de prazos menores que um ano, operações de "overnight" e papéis com compromisso de recompra de curto prazo.

Com a intervenção decretada pelo Banco Central do Brasil no Banco Santos S.A., em 12 de novembro de 2004, a Fundação constituiu provisão de R\$ 16.821, para eventual perda dos CDBs emitidos por este Banco. Esses papéis integravam a carteira do fundo exclusivo Authentic – FAQ administrado pelo Banco Votorantim S.A., no grupo "títulos para negociação", visualizando-se um impacto menor no valor de mercado em relação ao de aquisição, pela apropriação da valorização de outros ativos integrantes da carteira.

Em razão da decretação da falência do Banco Santos S.A., ocorrida em 20.09.2005, houve a necessidade de contratação de serviços advocatícios para a habilitação dos créditos junto à massa falida e as providências para a busca de ressarcimento dos créditos da Fundação.

Após diversas reuniões com o grupo de credores constituído pela Abrapp e em conjunto com outros fundos de pensão, com o objetivo de avaliar as estratégias de ações judiciais, com vistas à recuperação dos ativos do Banco Santos, a Fundação, com aprovação de seu Conselho Deliberativo contratou o escritório de advocacia Ulhôa Canto, Rezende e Guerra para o acompanhamento do processo de falência, decidindose, também, por eventual contratação de outro escritório para a busca de resultados extra-falenciais, caso se revele conveniente.

Renda Variável				
		2006		2005
	Custo histórico de aquisição	Valor de mercado	Custo histórico de aquisição	Valor de mercado
Fundos Exclusivos				
Alfa Power FIA - Banco Alfa de Investimentos AS	7.661	25.462	9.628	23.815
BBM FIB Ações FITVM - Banco BBM S/A.	6.737	43.495	7.727	35.710
Boston FIB FIA CL - Bank Boston Banco Múltiplo S.A.	6.481	38.221	7.512	33.299
Schroder FIB FIA - Schroder Investment Management Brasil S.A.	9.076	47.970	10.278	39.267
Subtotal - Fundos Exclusivos	29.955	155.148	35.145	132.091
Fundos Abertos				
Brascan de Petróleo e Gás - Banco Brascan S.A.	125	227	125	204
IP Institucional FIA - Investidor Profissional Gestão de Recursos Ltda.	1.571	6.978	3.142	9.736
OPP Inst Lógica II - Banco Opportunity S.A.	9.736	41.508	11.213	34.928
Small CAP FIA - Banco Safra S.A.	11.172	22.606	7.500	12.132
FITVM HSBC Valor - HSBC Bank Brasil AS	7.448	12.143	5.000	6.540
Logística Brasil FIP	1.000	929	-	-
Intrag- CAP Mezanino – Banco Itaú S/A	1.000	998	-	-
Subtotal - Fundos Abertos	32.052	85.389	26.980	63.540
	62.007	240.537	62.125	195.631
Opções – operação de " <i>hedge</i> " da carteira	10.048	6.036	8.490	4.250
Total Renda Variável	72.055	246.573	70.615	199.881

Nos anos de 2005 e 2006, foram realizadas operações de proteção da carteira de Renda Variável ("hedge"), por meio de compra de opções de venda ("put"), visando manter a proteção integral da carteira. Essa estratégia busca manter a rentabilidade assegurada nos níveis, sem limitar os ganhos diante da possibilidade de recuperação do crescimento da economia brasileira e reduzir o risco na hipótese de essa recuperação ser afetada por crises internas ou externas.



Em 31 de dezembro de 2006, a carteira contava com as seguintes proteções contra as variações do Ibovespa: 18,86% da carteira aos 35.000 pontos, 16,74% aos 36.000 pontos, ambas com vencimento em fevereiro de 2007 e 64,40% aos 42.000 pontos com vencimento em dezembro de 2007. As realizações destas operações foram precedidas de avaliação no âmbito do Comitê de Investimentos da FIBRA. Em 2005, a FIBRA já havia realizado operações semelhantes, cuja proteção era a seguinte: 17,27% da carteira aos 31.000 pontos, 41,38% aos 30.000 pontos, ambas venceram em dezembro de 2006 e 41,35% aos 29.000 pontos, que venceram em fevereiro de 2006.

O custo histórico de aquisição da operação corresponde ao prêmio pago pelo "hedge" em leilão realizado na Bolsa de Valores de São Paulo. O valor em 31 de dezembro de 2006 corresponde ao valor de mercado da operação de "hedge", que é explicado por diversas variáveis, sendo a mais relevante à cotação do atual índice Ibovespa, cuja variação é inversamente proporcional ao movimento da bolsa de valores.

Os títulos de renda variável são representados por fundo de ações e são considerados com prazo indeterminado. Os títulos e valores mobiliários, de Renda Fixa e de Renda Variável, estão custodiados no Banco Itaú S.A.

#### Investimentos imobiliários

A entidade procedeu, em dezembro de 2005, a reavaliação de todos os imóveis componentes dos investimentos imobiliários, suportada por laudo de avaliação dos peritos independentes "EBRAPE - Empresa Brasileira de Avaliação de Patrimônio e Engenharia Ltda". O método avaliatório utilizado foi o "Método comparativo de dados de mercado", fundamentado em ampla pesquisa de mercado e envolvendo, além de preços ofertados e/ou comercializados, as características e atributos que exerçam influência no valor. O ganho apurado entre o confronto dos valores reavaliados e os valores contábeis líquidos, no valor de R\$ 5.244, foi incorporado, em 31 de dezembro de 2005, aos saldos dos investimentos imobiliários, a crédito de receitas do Programa de Investimentos.

Os ativos reavaliados passaram, a partir de janeiro de 2006, a ser depreciados pela sua vida útil remanescente estimada no referido laudo de reavaliação, ou seja, 35 anos ou 2,86% ao ano.

O detalhamento dos investimentos imobiliários, em 31 dezembro de 2006, está a seguir demonstrado:

	Valor contábil	Depreciações Acumuladas	Aluguéis a Receber	Saldo Líquido Contábil
Edificações para uso próprio	955	(22)	-	933
Edificações locadas à patrocinadora	7.328	(168)	94	7.254
Edificações locadas a terceiros	13.356	(306)	119	13.169
	21.639	(496)	213	21.356

#### Auditoria de gestão dos investimentos

Em conexão com a Resolução nº 3.121, de 25 de setembro de 2003, do Conselho Monetário Nacional, foi decidido manter a realização dos trabalhos de auditoria de gestão dos investimentos por nossos auditores externos, com o objetivo de avaliar a pertinência dos procedimentos técnicos, operacionais e de controle utilizados na gestão dos recursos da entidade. O resultado desta auditoria consta em parecer específico, que atende ao disposto na referida Resolução.

Demonstrativo da composição consolidada da carteira de investimentos		
	2006	2005
Renda fixa	942.915	795.370
Títulos de responsabilidade do governo federal	260.386	174.954
Aplicações em instituições financeiras	668.798	598.931
Títulos de empresas	13.731	21.485
Renda variável	246.573	199.881
Fundos de investimentos	240.537	195.631
Mercado de ações – opções	6.036	4.250
Investimentos imobiliários	21.356	21.901
Edificações	21.356	21.901
Operações com participantes	37.657	34.361
Empréstimos	37.657	34.361
Total do programa de investimentos	1.248.501	1.051.513



# 5 Exigível operacional

	2006	2005
Programa Previdencial		
Utilizações a pagar – provisões	329	310
Outras exigibilidades – seguro de vida e assistência médica	117	61
	446	371

O valor de R\$ 117, demonstrado em 2006 (R\$ 61 em 2005) em "Outras Exigibilidades", refere-se ao seguro de vida em grupo dos assistidos e autopatrocinadoras e custos de assistência médica hospitalar e odontológica – Pamho, descontado na folha de pagamento de benefícios de dezembro de 2006 e que serão pagos em janeiro de 2007.

	2006	2005
Programa de investimentos		
Operações com participantes	48	43
Outras exigibilidades – honorários advocatícios	1.642	1.427
	1.690	1.470

O valor de honorários advocatícios de R\$ 1.642 (R\$ 1.427 em 2005), provisionado no balanço de 2006 em "Outras Exigibilidades", corresponde ao saldo remanescente e atualizado, a ser pago por ocasião do cumprimento de condições contratuais relativas ao afastamento dos riscos decorrentes do teor da Resolução no 53/02 do Senado Federal.

# 6 Exigível contingencial do Programa de Investimentos

Os valores históricos das provisões e dos depósitos judiciais efetuados, relativos ao exigível contingencial do Programa de Investimentos estão a seguir demonstrados:

		Valores históricos
	2006	2005
Provisões acumuladas		
IRRF	53.361	53.361
Subtotal das provisões acumuladas	53.361	53.361
Depósitos judiciais realizados	(53.361)	(53.361)
Saldo do exigível contingencial do Programa de Investimentos	0	0

#### Imposto de Renda – IRF

Fundamentada em parecer de seus assessores jurídicos, com base em outras teses jurídicas, além da imunidade tributária, a entidade interpôs ação cautelar relativa ao IRRF, tendo obtido liminar judicial que possibilitou:

- Depositar judicialmente o valor original devido, do imposto de renda relativo aos 5 anos e optar pela anistia dos juros e multas de que trata a MP 2.222, de 4 de setembro de 2001, sem desistência das ações judiciais e sem renunciar direitos, conforme estabelecido na referida Medida Provisória.
- Depositar judicialmente os valores de IRRF apurados a partir de setembro de 2001, utilizando a alíquota descrita no Regime Especial Tributário - RET.
- Continuar questionando judicialmente a incidência do IRRF, sob as alegações de outras teses, tais como: bitributação, não incidência, isonomia com entidades abertas de previdência (proporcionalidade e razoabilidade).

Na eventualidade de não ter, no julgamento final do mérito, seus pleitos acatados pelo Poder Judiciário a entidade poderá requerer a desistência de todas as ações judiciais relativas aos tributos, além de desistir de qualquer alegação de direito sobre as quais se fundam as referidas ações, com a conseqüente reversão dos valores depositados judicialmente em renda da União, de forma a preservar os efeitos da anistia, conforme parecer jurídico.

Para fins de prevenir a decadência de seu direito de cobrar o IRRF discutido na ação judicial e objeto de depósito judicial, a Secretaria da Receita Federal lavrou um primeiro Auto de Infração, no qual lançava de ofício o crédito tributário relativo apenas ao valor do principal do imposto, ou seja, sem multa ou juros de mora.



Posteriormente, porém, a Secretaria da Receita Federal lavrou outro Auto de Infração complementar, em substituição ao primeiro, corrigindo o valor do principal (imposto) lançado, que no primeiro Auto se encontrava a maior. Neste Auto, porém, foi lançado também juros de mora. Apresentada a impugnação ao lançamento, foi julgada improcedente.

Em 22 de setembro de 2004, a FIBRA recebeu da Delegacia da Receita Federal, cópia do acórdão da decisão que ratificou o entendimento da fiscalização daquele órgão federal que julgou procedente a exigência do IR relativo ao período da anistia, ou seja, 01/1997 a 08/2001, bem como a aplicabilidade dos juros de mora, da forma que constam no Auto de Infração complementar emitido contra a FIBRA.

Diante da decisão, a FIBRA apresentou recurso voluntário ao Conselho de Contribuintes, onde foi necessário fazer arrolamento de bens, conforme determina a Instrução Normativa SRF nº 264/02, pois segundo parecer dos advogados que defendem a ação, o Juiz de 1ª instância deferiu o pedido nos termos solicitados e, que os depósitos judiciais efetuados garantem a adesão à anistia, sem quaisquer ônus adicionais, além daqueles já depositados e provisionados.

A Fundação solicitou no Processo Judicial o cancelamento do Auto de Infração, tendo em vista, que os valores estão com as suas exigibilidades suspensas em função dos depósitos judiciais, o juiz da 6ª vara da Justiça Federal de Brasília, determinou o cancelamento do Auto de Infração, pois além do desrespeito do Fisco à ordem judicial, que garantiu a FIBRA o direito de depositar judicialmente o IRRF discutido, para assegurar a anistia, no Auto de Infração, foram aplicados juros de mora a partir do vencimento da obrigação tributária, o que eleva o valor exigido do imposto.

A pedido da Fazenda Pública Nacional, o mesmo Juiz Federal revogou sua decisão que havia determinado o cancelamento do Auto de Infração.

O recurso voluntário no Conselho de Contribuintes foi julgado improcedente, sendo que o relator alegou que quando findo o processo judicial, a Fundação deveria recolher somente aquilo que o juiz estipulasse como devido.

Diante da decisão desfavorável e com orientação de seus consultores jurídicos, a FIBRA, em junho de 2006, apresentou Embargos de Declaração, alegando contradições e omissões na decisão do Conselho de Contribuintes. Caso haja nova decisão desfavorável no julgamento dos Embargos de Declaração, a Fundação poderá ainda entrar com Recurso Especial junto à Câmara Superior de Recursos Fiscais.

Sem prejuízos dos direitos discutidos nas ações individuais, em que vem discutindo a exigibilidade do IR, em dezembro de 2005, a Fundação desistiu das ações coletivas impetradas pela Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar-Abrapp, em atendimento ao disposto no artigo 94, da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005.

Em dezembro de 2004, a FIBRA contratou o Dr. Marco Aurélio Greco, para emitir parecer acerca das teses que vêm sendo defendidas judicialmente, cuja opinião será fundamental no julgamento do processo.

A consultoria tributária Junqueira de Carvalho, Murgel & Brito Advogados e Consultores emitiu parecer em 2007, ratificando que inexiste razão qualquer a motivar a realização de provisionamento dos valores correspondentes à diferença entre o montante depositado e o montante apurado como débito no Auto de Infração, nem a realização e depósitos judiciais adicionais.

Em setembro de 2006, a FIBRA obteve, por meio de seus advogados, junto à 6ª Vara Federal de Brasília a emissão de Ofício judicial determinando a alteração da correção da conta de TR para SELIC. Com isso a conta dos depósitos judiciais deverá passar a ser corrigida, pela SELIC e não mais pela TR, como vinha ocorrendo. Resta a pendência quanto à correção do período passado, em que a conta vinha sendo corrigida pela TR, que deverá ser posicionada nos autos.

# Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS

Em função da MP nº 2.222, e baseado em pareceres jurídicos, a FIBRA interpôs ações judiciais, obtendo liminar que permitiu depósito judicial dos valores da COFINS referentes à anistia, ou seja, de 1º de fevereiro de 1999 a agosto de 2001, assim como para os fatos geradores a partir do mês de setembro de 2001. Antes da edição da MP nº 2.222, a Fundação não efetuava qualquer recolhimento a título de COFINS.

Em 23 de agosto de 2004, a FIBRA recebeu da Delegacia da Receita Federal, Auto de Infração onde foi apurado a COFINS, no período de 02/1999 a 07/2002, com a aplicabilidade dos juros de mora.

A FIBRA apresentou impugnação à Delegacia da Receita Federal de Julgamento em Curitiba, pois o Juiz de la instância deferiu o pedido nos termos solicitados, pelas ações interpostas pela Fundação e, que os depósitos judiciais efetuados garantem a adesão à anistia, sem quaisquer ônus adicionais, além daqueles já depositados e provisionados.



Em 13 de janeiro de 2005, a FIBRA recebeu da Delegacia da Receita Federal, cópia do acórdão da decisão que ratificou o entendimento da fiscalização daquele órgão federal que julgou procedente a exigência da COFINS, bem como a aplicabilidade dos juros de mora, da forma que constam no Auto de Infração emitido contra a FIBRA.

Com a decisão, a FIBRA, em 02 de fevereiro de 2005, apresentou recurso voluntário ao Conselho de Contribuintes, pois os depósitos judiciais efetuados garantem a adesão à anistia, sem quaisquer ônus adicionais, além daqueles já depositados e provisionados. Na apresentação do recurso voluntário, houve a necessidade de fazer arrolamento de bens, conforme determina a Instrução Normativa SRF nº 264/02

Em 29 de abril de 2005, a Fundação protocolou na Delegacia da Receita Federal de Curitiba, Declaração, conforme determina a Instrução Normativa SRF nº 126/2002, desistindo das ações judiciais que visavam afastar a incidência da COFINS. A desistência deveu-se ao fato do juízo de 1ª Instância ter julgado improcedente os pedidos das ações ajuizadas pela FIBRA.

O processo foi arquivado em dezembro de 2006 e os depósitos judiciais foram convertidos em renda da União Federal, o que corresponde ao tempestivo pagamento do crédito tributário discutido, para fins de gozo da anistia em questão, conforme consignado em decisão judicial. Com isso, não há mais qualquer contingência relacionada a COFINS, somente são devidos honorários de sucumbência e custas processuais, estimados em R\$ 10 que poderão ser executados pela Fazenda Nacional.

Atualmente a FIBRA vem recolhendo a COFINS diretamente à Receita Federal.

#### Programa de Integração Social - PIS

A FIBRA vinha recolhendo o PIS utilizando como base de cálculo a folha de pagamento dos seus empregados com a alíquota de 1%.

Com a edição da MP nº 2.222/2001 e baseado em pareceres jurídicos, a FIBRA interpôs ações judiciais, obtendo liminar que permitiu depósito judicial dos valores do PIS referentes à anistia, ou seja, de 1º de janeiro de 1997 a agosto de 2001 e fatos geradores a partir do mês de setembro de 2001.

Em 12 de julho de 2005, a FIBRA recebeu da Delegacia da Receita Federal, Auto de Infração onde foi apurado o PIS no período de 01/1997 a 07/2002, com a aplicabilidade dos juros de mora.

A FIBRA apresentou impugnação à Delegacia da Receita Federal de Julgamento em Curitiba, pois o Juiz de 1ª instância deferiu o pedido nos termos solicitados, pelas ações interpostas pela Fundação e, que os depósitos judiciais efetuados garantem a adesão à anistia, sem quaisquer ônus adicionais, além daqueles já depositados e provisionados.

Em 16 de setembro de 2005, a Fundação protocolou na Delegacia da Receita Federal de Curitiba, Declaração, conforme determina a Instrução Normativa SRF nº 126/2002, desistindo das ações judiciais que visavam afastar a incidência do PIS. A desistência deveu-se ao fato do juízo de 1ª Instância ter julgado improcedente os pedidos das ações ajuizadas pela FIBRA.

Em 29 de maio de 2006 a Caixa Econômica Federal enviou ofício ao juízo da oitava Vara Federal informando a conversão à União Federal dos depósitos judiciais, o que corresponde ao tempestivo pagamento do crédito tributário discutido, para fins de gozo da anistia em questão, conforme consignado em decisão judicial. Com isso, não há mais qualquer contingência relacionada a PIS, somente são devidos honorários de sucumbência e custas processuais, estimados em R\$ 10 que poderão ser executados pela Fazenda Nacional.

Atualmente a FIBRA vem recolhendo as contribuições para o PIS diretamente à Receita Federal.

# 7 Exigivel atuarial

A composição do exigível atuarial, em 31 de dezembro de 2006, e respectiva movimentação no exercício findo nesta data é a seguinte:

	2006	2005
Provisões Matemáticas		
Benefícios Concedidos	576.584	427.739
Benefícios do plano	576.584	427.739
Benefícios a Conceder	557.202	613.663
Benefícios do plano com a geração atual	761.174	810.600
(-) Outras contribuições da geração atual	(203.972)	(196.937)
(-) Provisões Matemáticas a Constituir – Serviços passados		
Reservas a amortizar	(43.142)	(49.646)
	1.090.644	991.756



A movimentação das provisões matemáticas no exercício foi a seguinte:

No início do exercício	991.756
Constituição no exercício de 2006	98.888
Saldo no final do exercício de 2006	1.090.644

# 8 Equilíbrio técnico

Representam os resultados acumulados obtidos pela entidade e registrado na conta de resultados realizados.

# 9 Fundos – Programa administrativo

A constituição nos exercícios findos em 31 de dezembro, foi efetuada da seguinte forma:

	2006	2005
Fundo administrativo permanente	415	426
Saldo inicial	426	378
Reversão/Constituição	(11)	48
Fundo administrativo financeiro	10.784	8.720
Saldo anterior	8.720	6.267
Custeio administrativo do exercício	7.348	7.441
Outras receitas administrativas	5	6
Despesas administrativas do exercício	(6.987)	(6.298)
Remuneração do fundo	1.667	1.355
Reversão/Constituição do fundo administrativo do financeiro para o permanente	11	(48)
Reversões/Constituições de contingências	20	(3)
Saldo dos fundos do programa administrativo	11.199	9.146

# 10 Outras contratações com a patrocinadora - ITAÍPU- Rescisão de Dação em Pagamento

O "Instrumento Particular de Rescisão de Dação em Pagamento" foi assinado, entre a FIBRA e a patrocinadora ITAIPU Binacional, em 18 de dezembro de 2003 e contemplou todos os aspectos exigidos pela Resolução CGPC no 17, de 11 de julho de 1996. Cópia do contrato foi remetido para a Secretaria de Previdência Complementar-SPC

em 22 de dezembro de 2003, atendendo as disposições legais. Após o envio de documentos complementares solicitados pela PREVIC-Superintendência Nacional de Previdência Complementar, órgão governamental que substituiu a SPC, durante alguns meses de 2005, em 13 de junho de 2005, por meio do Ofício nº 744/PREVIC/DITEC/ CGAT, a Rescisão da Dação em Pagamento e Outras Avenças entre a FIBRA e a patrocinadora ITAIPU, foi aprovada.

As parcelas do montante contratado estão sendo pagas pela ITAIPU em 230 parcelas, sendo que em 2006, foram pagas 12 parcelas, todas atualizadas pelo INPC e juros reais de 6% ao ano, sendo posteriormente, ajustadas pela Rentabilidade Mínima Atuarial - RMA, apurada anualmente.

Os efeitos desta operação no patrimônio da FIBRA em 31 de dezembro de 2006 estão demonstrados no quadro a seguir:

Outras contratações com a patrocinadora – Rescisão da Dação em Pagamento	
Saldo em 31 de dezembro de 2005	88.894
(-) 12 parcelas pagas em 2006	(7.875)
(+) Valor da atualização e juros da dívida em 2006	9.847
(-) Rentabilidade Mínima Atuarial de 2004 e 2005, recebida em 2006	(7.570)
= saldo em 31/12/06	83.296

# 11 Débito da patrocinadora no caso de retirada hipotética

De acordo com a nota técnica atuarial do atuário independente, a reserva matemática em 31 de dezembro de 2006, considerando a retirada hipotética da patrocinadora, calculada conforme a interpretação da Resolução CPC nº 06/88, alcançou o valor de R\$ 1.106.399 (R\$ 990.897 em 2005), feita dentro do princípio de "Benefícios com direitos já acumulados", avaliada retirando-se a projeção de crescimento real de salário e considerando-se o "turnover" nulo.

SILVIO R. R. SILVEIRA	DENYSE GUBERT ROCHA
Diretor Superintendente	Diretora Adm. e Financeiro
CPF - 514.772.629-20	CPF - 510.083.789-68
FLORÍCIO MEDEIROS DA COSTA	EVENILSON DE J. BALZER
Diretor de Seguridade	Contador – CRC 22608/ PR

CPF - 470.099.429-00 CPF - 425.879.210-15



# Parecer atuarial

- 1) A situação financeiro-atuarial do Plano de Benefício Definido vigente na FIBRA, se avaliada exatamente com os métodos de financiamento e hipóteses utilizados na avaliação atuarial do ano de 2005, resulta em Superávit Técnico Acumulado em 2006 de R\$ 240.389 mil, equivalente a 18,09% do Ativo Líquido do Plano, representando um superávit de R\$ 99.061 no Exercício. Entretanto, de forma conservadora, a FIBRA promoveu modificações que impactaram no resultado de 2006, alterando-o para R\$ 211.888 mil, equivalente a 16,27% do Ativo Líquido. As modificações principais foram as seguintes:
  - R\$ 26.618 mil referentes a constituição de um Fundo Previdenciário (Fundo de Oscilação de Rentabilidade Atuarial, reduzindo o Ativo Líquido de R\$ 1.329.151 para R\$ 1.302.532).
  - R\$ 4.753 mil referentes às alterações nas hipóteses atuariais de crescimento salarial e rotatividade, detalhadas no item 2 deste DRAA:
  - R\$ 6.636 mil referentes a adoção da composição familiar efetiva nos benefícios concedidos, em substituição à experiência regional adotada em 2005.
  - R\$ 28.501 mil impacto consolidado das alterações efetuadas no exercício de 2006.
- 2) A FIBRA constituiu em 27/06/2005, por meio da RCD 06/2005, Grupo de Trabalho para Avaliação do Plano de Benefícios, composto por representantes da FIBRA, da patrocinadora ITAIPU Binacional, dos membros dos colegiados eleitos pelos participantes ativos e de representantes de 4 entidades sindicais, em linha com as Resoluções nº 13 de 01/10/2004 e nº 18 de 28/03/2006 do CGPC/MPS. O relatório final deste grupo de trabalho, datado de 01/12/2006, com base em trabalhos e análises técnicas realizados no âmbito desse Grupo e nas colocações e sugestões apresentadas pela Consultoria Atuarial Independente, concluiu pelas seguintes alterações nas hipóteses atuariais de crescimento salarial e rotatividade, a saber:
  - i) Projeção de crescimento real de salário: Foi alterada, em 2006, com base em estudo técnico realizado no âmbito do Grupo de Trabalho referido no item 2, adotada a curva logística para projetar tal crescimento real (chegando-se a um crescimento real médio de 1,94%, na idade de 43 anos e 3,53% para a idade de entrada no plano de 20 anos, ao ano na projeção para os anos futuros de atividade), enquanto que, em 2005, adotouse a curva logarítmica ajustada a partir da distribuição dos salários médios por idade, acrescida de uma Produtividade

- Geral de 1% ao ano (chegando-se, então, a um crescimento real médio de 2,81%, na idade média de 45 anos, ao ano na projeção para os anos futuros de atividade);
- ii) Rotatividade: Foi alterada, em 2006, em função de estudos realizados no âmbito do Grupo de Trabalho referido neste item 2 e da prudência decorrente dos efeitos que possam vir a existir em função da adoção do Benefício Proporcional Diferido (BPD), reduzido para, em média, 0,25% ao ano, o que representa uma redução de cerca de 75% na rotatividade média utilizada no ano de 2005;
- 3) Em relação à composição familiar, no que se refere a benefícios a conceder, foi mantida, em 2006, a composição de família com base na experiência regional. No que se refere a benefícios já concedidos: foi adotada, em 2006, a composição efetiva de família no lugar da família com base na experiência regional adotada em 2005.
- 4) Permaneceram inalteradas as demais hipóteses atuariais, a saber:
  - Taxa real de juros: Foi mantida em 2006 no mesmo nível de 6% ao ano adotado em 2005;
  - ii) Fator de determinação do valor real dos salários ao longo do tempo: Foi mantido em 2006 no mesmo nível de 100% adotado em 2005, já que, a exemplo de 2005, se está trabalhando com a média atualizada correspondente ao conceito do Salário Real de Benefício definido no Regulamento do Plano;
  - iii) Fator de determinação do valor real dos benefícios ao longo do tempo: Foi mantido em 2006 no mesmo nível de 98% adotado em 2005, mantendo-se assim uma projeção de inflação anual média entre 3,5% a 4,0% ao ano ao longo dos anos futuros;
  - iv) Tábuas Biométricas: Foram mantidas, em 2006, as mesmas Tábuas Biométricas adotadas em 2005 (Mortalidade Geral:  $q_x$  da AT-2000 / Mortalidade de Inválidos:  $q_x^i = q_x$  da AT-83 / Entrada em Invalidez: LIGHT MÉDIA).
- 5) Devemos destacar que este Plano de Benefício Definido da FIBRA possui em carteira própria papéis que levará até o vencimento com taxas atreladas à inflação, com "spread" superior à meta atuarial de 6% ao ano, cujo registro contábil, nos termos do artigo 3º da Resolução CGPC nº 04/2002, está sendo feito pelo custo de aquisição acrescidos dos rendimentos auferidos conforme taxa pactuada. A diferença entre o valor contabilizado e o valor de mercado destes títulos acrescentaria R\$ 17.355 mil ao superávit existente. A capacidade financeira relativa à adoção de procedimento de registro de títulos classificados como "títulos até o vencimento" pelos respectivos custos de aquisição acrescidos dos rendimentos auferidos se baseia no fato de que o perfil traçado pela área de investimentos, leva em consideração os fluxos de



receitas e despesas projetados, atuarial e financeiramente, para os anos que irão decorrer até o vencimento desses títulos.

6) Os resultados líquidos obtidos pela FIBRA nas aplicações financeiras deste Plano ao longo de 2006, utilizando o método da Taxa Interna de Retorno (TIR) a partir dos fluxos mensais de receitas e despesas, correspondem a uma rentabilidade nominal líquida de 17,98%, superior à rentabilidade mínima atuarial esperada de 8,74% (calculada como sendo igual ao INPC do IBGE aplicado com um mês de defasagem, acrescido de juros reais equivalentes a 6% ao ano) e também superior à rentabilidade mínima atuarial efetiva de 11,28% (calculada considerando como indexador o índice correspondente à evolução salarial média dos Salários Reais de Benefícios (SRB) dos participantes ativos existentes em novembro de 2005 e que continuavam nessa situação em novembro de 2006, acrescido de juros reais equivalentes a 6% ao ano). A seguir apresentamos o quadro demonstrativo das referidas rentabilidades.

Taxa Interna de Retorno efetivamente obtida:	17,98% (nominal)
Rentabilidade Real (acima do INPC do IBGE):	INPC do IBGE +15,01% de juros reais
Rentabilidade Real (acima da Variação Salarial Média):	Variação Salarial Média +12,38% de juros reais

NOTA: se fosse considerada a constituição do Fundo Previdencial (Fundo de Oscilação de Rentabilidade Atuarial), a rentabilidade obtida em 2006 reduziria para 15,63%.

7) A decomposição do Passivo Atuarial (Provisões Matemáticas) e do Ativo Líquido deste Plano do final do ano de 2005 para o final do ano 2006, considerando a evolução das suas principais grandezas, é a seguinte:

Valores em R\$ mil

Referência	31/12/2005	31/12/2006	Variação
Provisão de Benefícios Concedidos	427.739	576.584	+34,80%
Provisão de Benefícios a Conceder	613.663	557.202	-9,20%
Provisão Matemática a Constituir	(49.646)	(43.142)*1	-13,10%
Provisões Matemáticas (Passivo Atuarial)	991.756	1.090.644	+9,97%
Resultado Técnico Acumulado	141.329	211.888 <sup>*2</sup>	+49,93%
Ativo Líquido do Plano	1.133.085	1.302.532	+14,95%

- \*1: A ser amortizada pelo pagamento pela ITAIPU BINACIONAL da Contribuição Suplementar de 2,32% da sua Folha Salarial a vigorar durante 480 meses a contar de abril de 1988 (restando, portanto, 255 meses a contar, inclusive, de janeiro de 2007, para o término da vigência dessa contribuição amortizante).
- \*2: Desse Resultado Técnico Acumulado e do Ativo Líquido do Plano estão deduzidos do valor do Fundo Previdencial (Fundo de Oscilação de Rentabilidade Atuarial) de R\$ 26.618 mil, relativo a questões que possam, eventualmente, interferir na capacidade de obtenção da taxa real de retorno de 6% ao ano, necessária ao equilíbrio atuarial do Plano.
- NOTA: Na avaliação Atuarial de 2006, a idade média dos participantes ativos é de 43,45 anos.
- 8) Na evolução das Provisões Matemáticas (Passivo Atuarial) desde o encerramento do exercício de 2005 até o encerramento do exercício de 2006, os impactos que merecem destaque estão abaixo detalhados:
  - Redução de 9,20% nas Reservas de Benefício a Conceder, motivada, entre outros aspectos, pelos seguintes:
    - ocorrência de 132 desligamentos com benefício, entre 01/12/2005 e 30/11/2006, decorrentes do PDI (Plano de Desligamento Incentivado) da patrocinadora ITAIPU;
    - novas admissões implicaram na redução da idade média e da remuneração média dos participantes ativos;
    - adoção das novas hipóteses atuariais de projeção de crescimento real de salário e de rotatividade;
  - ii) Acréscimo de 34,8% nas Reservas de Benefícios Concedidos motivada, entre outros aspectos, pelos seguintes:
    - · concessão de 132 novas aposentadorias decorrentes do PDI
    - · acréscimo no número de assistidos de 780 em nov/2005 para 915 em nov/2006.
    - adoção da família efetiva na avaliação atuarial dos compromissos do Plano para com os assistidos (participante assistido e pensionista assistido).
    - · reajuste da patrocinadora de 3,27% sobre os proventos.
  - iii) Redução de 13,10% na Reserva Matemática a Constituir motivada, entre outros aspectos, pelos seguintes:
    - · redução da folha de salários da patrocinadora.
    - · redução do crescimento salarial médio de 2,81% para 1,94% (modificação de hipótese atuarial e redução da idade média).
- 9) O Custo Normal Puro Reavaliado (exclusive sobrecarga administrativa) no encerramento do exercício de 2006, foi de 22,32% da folha do Salário Real de Contribuição, ou seja, em termos percentuais, 8,50% abaixo da Contribuição Normal Pura Vigente de 24,39%, o que representa um desvio inferior a 10% entre o referido Custo Normal Reavaliado e a referida Contribuição Normal Vigente.



A utilização desse desvio, ao longo do tempo, no âmbito do Plano de Custeio vigente, deve ser precedida das necessárias análises das tendências, a médio e a longo prazo, das hipóteses atuariais adotadas.

- 10) O total das Provisões Matemáticas, em 31/12/2006, considerando um hipotético saldamento deste Plano de Benefício Definido, com a concessão de um benefício proporcional ao tempo averbado de filiação ao Plano para os participantes não assistidos e com a continuidade do pagamento dos benefícios já concedidos (incluindo a garantia do pagamento dos benefícios diferidos), foi avaliado considerando nulos tanto o crescimento real de salário quanto a rotatividade, tendo sido obtido como resultado o valor de R\$ 1.106.399 mil, que encontra plena cobertura no Ativo Líquido do Plano, então existente, de R\$ 1.302.532 mil, sendo relevante ressaltar, quanto a essa situação, que a descontinuidade de um Plano de Benefícios Previdenciários de uma Entidade Fechada de Previdência Complementar apresenta questões que ultrapassam os aspectos quantitativos considerados na avaliação atuarial aqui realizada, devendo ser tais questões, previamente analisadas com profundidade, caso, por qualquer motivo, um cenário de descontinuidade venha a se apresentar.
- 11) Com relação aos valores registrados como Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos e a Conceder, como Provisão Matemática a Constituir e como Superávit Técnico Acumulado, devidamente registrado como Reserva de Contingência, atestamos que os mesmos foram avaliados por esta Consultoria Atuarial Independente, adotando as hipóteses atuariais e os regimes atuariais de financiamento referidos no item 1 deste Parecer Atuarial (e registrados no Anexo A e na folha 1/3 deste DRAA) e utilizando os dados contábeis e cadastrais que nos foram enviados pela FIBRA, sendo que os dados cadastrais foram objeto de análise de consistência e de comparação com os dados cadastrais do exercício anterior, a qual submetemos à referida Entidade Fechada de Previdência Complementar para os ajustes necessários e posterior validação, tendo sido, tão somente após tal validação, utilizados na elaboração da avaliação atuarial do exercício de 2006, refletida neste DRAA.
- 12) A destinação do Superávit Técnico Acumulado, que está totalmente registrado como Reserva de Contingência, é a de dar cobertura à ocorrência de eventuais desvios desfavoráveis em relação às hipóteses atuariais adotadas, em especial, às relativas à mortalidade (sobrevivência) e à taxa de retorno dos investimentos.

- 13) Conforme planejamento da FIBRA, os estudos e análises do Grupo de Trabalho, referido nos itens 1 e 2 deste Parecer Atuarial, terão prosseguimento ao longo do ano de 2007, com vistas à permanente verificação de aderência das hipóteses e métodos utilizados na avaliação atuarial, com destaque para os reflexos de eventuais mudanças na Política de Recursos Humanos da patrocinadora ITAIPU Binacional sobre as hipóteses adotadas e números resultantes da avaliação atuarial.
- 14) Finalmente, merece ser destacado a existência do Plano de Desligamento Incentivado adotado pela patrocinadora ITAIPU Binacional que prevê o desligamento de aproximadamente 159 participantes no próximo ano, mediante concessão dos respectivos benefícios, visto que o perfil da nova massa de participantes que vier a substituí-los poderá indicar necessidade de revisão das hipóteses adotadas.

Rio de Janeiro, 16 de janeiro de 2007.

JOSÉ ROBERTO MONTELLO ATUÁRIO - MIBA Nº 426



## Parecer do Conselho Deliberativo

O Conselho Deliberativo da Fundação ITAIPU-BR de Previdência e Assistência Social – FIBRA, no uso de suas atribuições estatutárias, examinou o Relatório de Gestão e a prestação de contas constituída de: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício e Demonstração do Fluxo Financeiro, referentes ao exercício encerrado em 31de dezembro de 2006, devidamente acompanhados do Parecer da auditoria externa BDO Trevisan Auditores Independentes, pelo Parecer Atuarial da Consultoria Atuarial, Jessé Montello Serviços Técnicos em Atuaria e Economia Ltda e do Parecer do Conselho Fiscal, deliberando pela aprovação dos documentos mencionados no inciso II do Art. 20, dos Estatutos da FIBRA, relativo ao exercício de 2006.

Curitiba, 26 de fevereiro de 2007.

ANTONIO JOSÉ CORREIA RIBAS Presidente

MARCOS VENÍCIO BENTHER LIMA Conselheiro

LUIS ANTONIO SCHWANZ DE LIMA Conselheiro JOSÉ RICARDO DA SILVEIRA Conselheiro

ARIEL DA SILVEIRA Conselheiro

REINALDO RODRIGUES Conselheiro

# Parecer do Conselho Fiscal

Os membros do Conselho Fiscal da Fundação ITAIPU-BR de Previdência e Assistência Social - FIBRA, usando das atribuições que lhes conferem os Estatutos da Entidade, após exame do Balanço Patrimonial levantado em 31 de dezembro de 2006, e respectivas Demonstrações do Resultado do Exercício e do Fluxo Financeiro, encerrados em 31 de dezembro de 2006, bem como as contas e atos da Diretoria Executiva, relativos ao exercício de 2006, e, embasados nos pareceres da Consultoria Atuarial Jessé Montello Serviços Técnicos em Atuária e Economia Ltda e dos Auditores Independentes BDO Trevisan Auditores Independentes, são de opinião que as aludidas peças contábeis representam adequadamente a posição econômico-financeira da Fundação, merecendo a aprovação do Conselho Deliberativo.

Curitiba, 16 de fevereiro de 2007.

ELIEZER FRYSZMAN Presidente

MARIA LEONOR DE SOUZA Conselheira ARTHUR DE SOUZA PINTO FILHO Conselheiro

LUIZ FERNANDO TEIGÃO Conselheiro

# **Parecer dos Auditores Independentes**

Aos Administradores, Conselheiros, Participantes e Patrocinadoras Fundação ITAIPU – BR de Previdência e Assistência Social

- 1) Examinamos o balanço patrimonial da Fundação ITAIPU BR de Previdência e Assistência Social em 31 de dezembro de 2006, e as respectivas demonstrações do resultado e do fluxo financeiro correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.
- 2) Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreendeu: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da Entidade; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Entidade, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
- 3) Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação ITAIPU BR de Previdência e Assistência Social em 31 de dezembro de 2006, o resultado de suas operações e seus fluxos financeiros correspondentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
- 4) Anteriormente, auditamos as demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2005, sobre as quais emitimos parecer sem ressalvas, datado de 30 de janeiro de 2006, fazendo referência ao trabalho de especialista (atuário), com base nas normas brasileiras de auditoria vigentes à época.

Curitiba, 06 de fevereiro de 2007.

MARCELLO PALAMARTCHUK Sócio - contador CRC 1PR049038/O-9 BDO TREVISAN AUDITORES Independentes CRC 2SP013439/O-5 "S" PR



# Resumo das Informações sobre o Demonstrativo de Investimentos

Este informativo atende ao disposto no Art. 17 da Resolução CGPC nº. 13 de 01/10/2004, Art. 1º da Resolução CMN 3.305 de 29/07/2005, Art. 3º da Resolução CGPC nº. 23 de 06/12/2006 e Instrução Normativa SPC nº. 14 de 18/01/2007 que disciplinam a divulgação de informações aos participantes.

## Manifestação do conselho fiscal, em atendimento ao Art. 1º da Res.CMN nº 3.305

O conselho fiscal em sua reunião ordinária de 15 de fevereiro de 2007 emitiu parecer favorável sobre a aderência da gestão dos recursos em 2006, em relação à Política de Investimentos e legislação pertinente, conforme estabelecido no Art. 8º da Resolução CMN nº. 3121, de 23/09/2003, alterada pela Resolução do CMN nº. 3.305, de 29 de julho de 2005 e ao art. 19º da Resolução MPS/CGPC nº 13, de 01/10/2004. Os itens analisados constam do presente demonstrativo.

## 1 Alocação dos recursos da carteira de investimentos (Inciso I do Art. 19 da IN SPC 14 de 18/01/2007)

Comment of the land of the land	Pos	ição em 2005	Posição em 2006		Limites Política Fa	Limites 3.121	
Composição dos Investimentos	Valor em R\$	% do Total	Valor em R\$	% do Total	% Mín	% Máx	% Máx
Total das Aplicações	941.904.601	100,00	1.145.649.495	100,00	-	-	-
Renda Fixa	740.949.757	78,67	890.774.868	77,76	70,00	85,00	100,00
Renda Variável	151.279.145	16,06	196.984.150	17,19	15,00	20,00	50,00
Imóveis	16.842.090	1,79	21.635.373	1,89	2,00	7,00	11,00
Empréstimos	32.803.707	3,48	36.237.961	3,16	2,00	7,00	15,00
Disponível em caixa	29.903	0,00	17.143	0,00	-	-	-

# 2 Taxa Mínima Atuarial e Rentabilidades (Inciso IV, V e VIII do Art. 19 da IN SPC 14 de 18/01/2007)

Segmento	2	005	2006 2º Semes	tre	2006 Acumulado		
	% Rent	% Benchmark	% Rent	% Benchmark	% Rent	% Benchmark	
Renda Fixa	16,26	18,99	7,17	10,74	14,98 <sup>(1)</sup>	18,83	
Renda Variável	27,71	33,96	20,53 <sup>(2)</sup>	21,17	31,99 <sup>(3)</sup>	33,30	
Imóveis	57,76	11,35	4,92	5,52	11,59	11,35	
Operações c/ Participantes	14,98	11,35	5,13	4,74	11,75	8,98	
Rentabilidade Total	19,03	11,35	9,40	4,74	17,91 <sup>(4)</sup>	8,98	

- (1) Rentabilidade da carteira de renda fixa com ativos marcados a mercado é 18,48%.
- (2) Rentabilidade da carteira de renda variável sem considerar as operações de hedge é 23,36%.
- (3) Rentabilidade da carteira de renda variável sem considerar as operações de hedge é 38,06%.
- (4) Rentabilidade geral com ativos marcados a mercado é 20,89%.



# 3 Divergência não planejada (1) (em relação ao INPC+6%) (IN SPC 14 de 18/01/2007)

Commenter							2006	;					
Segmentos	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Acumulado
Segmento Renda Fixa	+1,33	+0,41	+0,53	+0,56	+0,56	+0,73	0,37	+0,81	+0,30	+0,42	+0,37	+0,38	+6,99
Segmento Renda Variável (2)	+11,67	-1,31	-2,97	+2,94	-7,29	-1,14	1,00	-1,43	-1,12	+4,38	+5,71	+4,57	+14,60
Segmento de Imóveis	+0,29	+0,33	+0,25	+0,39	+0,36	+0,60	0,41	+0,43	+0,27	0,00	-0,69	-0,25	+2,42
Segmento Empréstimos	+0,37	+0,38	+0,33	+0,31	+0,36	+0,40	0,23	+0,23	+0,16	-0,22	-0,05	+0,02	+2,57
Divergência Não Planejada Total	+3,11	+0,09	-0,10	+0,98	-0,87	+0,41	0,47	+0,41	+0,05	+1,48	+0,27	+1,18	+8,58
TMA (Mensal)	+0,87	+0,72	+0,76	+0,61	+0,62	+0,42	+0,60	+0,47	+0,65	+0,92	+0,91	+1,11	+8,98

<sup>(1)</sup> Divergência Não Planejada - Atendimento ao Art. 58 da Resolução CMN nº 3.121 de 25/09/2003 e Instrução e Instrução Normativa da SPC nº 14, de 18/01/2007. Refere-se à diferença entre a rentabilidade de cada segmento e a Taxa Mínima Atuarial - TMA (INPC + 6% ao ano), mês a mês, calculada pelo fluxo diário dos ativos.

# 4 Detalhamento dos investimentos em 31/12/2006 (Inciso II do Art. 19 da IN SPC 14 de 18/01/2007)

DISCRIMINAÇÃO	GESTÃO	VALOR ( R\$)	% APLIC.
TOTAL DOS RECURSOS GARANTIDORES DAS RESERVAS TÉCNICAS		1.248.527.020,22	100,00
DISPONÍVEL/IMEDIATO	PRÓPRIA	26.394,72	0,00
A - SEGMENTO DE RENDA FIXA		942.914.611,71	75,53
A1 - TÍTULOS DA CARTEIRA PRÓPRIA	PRÓPRIA	279.329.453,79	22,38
1 - TITULOS PÚBLICOS		260.385.553,77	20,86
BAIXO RISCO DE CRÉDITO		260.385.553,77	20,86
NTN - Notas do Tesouro Nacional		197.533.983,65	15,83
LFT - B - Letras Financeiras do Tesouro - Série B		33.423.573,16	2,68
LFT - Letras Financeiras do Tesouro		29.427.996,96	2,36
2 - TÍTULOS PRIVADOS		18.943.900,02	1,52
BAIXO RISCO DE CRÉDITO		18.943.900,02	1,52
1 - Certificados de Recebíveis		5.212.818,35	0,42
Rio Bravo Securitizadora		5.212.818,35	0,42
2 - Debêntures não Conversíveis em Ações		13.731.081,67	1,10
Petróleo Brasileiro S/A		7.449.471,90	0,60
MRS Logística		2.091.675,65	0,17
Nova Marlim ( Petrobrás)		1.445.399,93	0,12
Brasil Telecom S/A		2.744.534,19	0,22
A2 - FUNDOS DE INVESTIMENTOS FINANCEIRO		663.585.157,92	53,15
1 - QUOTAS DE FICFI EXCLUSIVOS		652.407.516,52	52,25
1.1 - AUTHENTIC FICFI		228.191.638,03	18,28
Associate FI	( 2 ) COMPARTILHADA	202.965.108,53	16,26
FI BNP Cabernet	TERCEIRIZADA	8.521.147,79	0,68
FIDC Caixa Pactual	TERCEIRIZADA	7.594.251,80	0,61
Schroder Multi Strat	TERCEIRIZADA	9.111.319,03	0,73
Caixa/despesas		(189,12)	0,00
1.2 - FICFI BNP PARIBAS CANNES		262.893.876,41	21,06
FI BNP Paribas Bordeaux	( 2 ) COMPARTILHADA	193.013.306,99	15,46
FI BNP Cabernet	TERCEIRIZADA	24.709.139,12	1,98
FI M Pactual Malbec	TERCEIRIZADA	45.172.294,99	3,62
Caixa/despesas		(864,69)	0,00

<sup>(2)</sup> As justificativas técnicas das variações negativas da carteira de renda variável para os 4 meses, entre os últimos 6 meses, para os meses de junho, agosto e setembro constam em relatórios específicos, atestadas pelo Administrador Estatutariamente Tecnicamente Qualificado e encontra-se a disposição do Conselho Fiscal e da Secretaria de Previdência Complementar.



continuação da nágina 10

		conti	nuação da página 19
DISCRIMINAÇÃO	GESTÃO	VALOR ( R\$)	% APLIC.
1.3 - DIAMANTE FICFI SAFRA		161.322.002,08	12,92
Diamante Fl	(2) COMPARTILHADA	133.828.453,11	10,72
FI BNP Cabernet	TERCEIRIZADA	9.472.675,96	0,76
FICFI DC Recebíveis Pactual	TERCEIRIZADA	8.006.091,98	0,64
GAP Institucional FIM	TERCEIRIZADA	5.018.947,12	0,40
Mellon Target FIM	TERCEIRIZADA	5.016.859,40	0,40
Caixa/despesas		(21.025,49)	0,00
2 - QUOTAS DE FUNDOS DE RENDA FIXA MULTI ÍNDICES		5.924.078,08	0,47
Araras FIM - GP Investimentos	TERCEIRIZADA	5.924.078,08	0,47
3 - QUOTAS DE FIDC		5.253.563,32	0,42
RB Fidúcia High Income Institucional FIDC	TERCEIRIZADA	5.253.563,32	0,42
B - SEGMENTO DE RENDA VARIÁVEL		246.573.023,46	19,74
B1 - QUOTAS DE FUNDOS DE AÇÕES - MÚTUOS		85.162.268,37	6,81
Capital Mezanino FIP	TERCEIRIZADA	998.297,70	0,07
FITVM HSBC Valor	TERCEIRIZADA	12.143.390,04	0,97
IP Participações Institucional FIA	TERCEIRIZADA	6.977.884,24	0,56
Logistica Brasil FIP	TERCEIRIZADA	928.690,85	0,07
Opportunity Institucional Lógica II	TERCEIRIZADA	41.507.829,78	3,32
Safra Small Cap FIA	TERCEIRIZADA	22.606.175,76	1,81
B2 - QUOTAS DE FUNDOS DE AÇÕES - EXCLUSIVOS		155.147.255,91	12,43
BBM FIB Ações FITVM	TERCEIRIZADA	43.494.886,28	3,48
ABN Amro FIA Merlot	TERCEIRIZADA	25.462.194,98	2,04
FI FIB Ações Previdenciário - Itaú	TERCEIRIZADA	38.220.535,83	3,06
Schroder FIB FIA	TERCEIRIZADA	47.969.638,82	3,84
B3 - QUOTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS EM PARTICIPAÇÕES		227.087,48	0,02
Fundo Brascan Petróleo e Gás	TERCEIRIZADA	227.087,48	0,02
B4 - OPERAÇÕES COM DERIVATIVOS PARA HEDGE		6.036.411,70	0,48
Compra de Opções	PRÓPRIA	6.036.411,70	0,48
C - SEGMENTO DE IMÓVEIS		21.356.082,48	1,71
C1 - EDIFICAÇÕES DE USO PRÓPRIO	PRÓPRIA	933.194,74	0,07
Edifício Governador Parigot de Souza		,	
Rua Comendador Araújo - 551 - Centro - Curitiba - PR		933.194,74	0,07
Térreo, 5º e 9º andar			-,-
C2 - EDIFICAÇÕES LOCADAS À PATROCINADORA	PRÓPRIA	7.254.412,56	0,58
Edifício Governador Parigot de Souza		7.20 1.112,00	
Rua Comendador Araújo - 551 - Centro - Curitiba - PR		7.254.412,56	0,58
C3 - EDIFICAÇÕES PARA RENDA	PRÓPRIA	13.168.475,18	1,07
7º andar do Edifício Centro Comercial Itália	THOTHIX	1.124.372,00	0,10
8º andar do Edifício Centro Comercial Itália		1.281.830,91	0,10
9º andar do Edifício Centro Comercial Itália		1.298.550,41	0,10
10° andar do Edifício Centro Comercial Itália		1.310.959,79	0,10
11° andar do Edificio Centro Comercial Itália		1.323.564,70	0,11
12º andar do Edifício Centro Comercial Itália			
13° andar do Edificio Centro Comercial Italia		1.335.671,75 875.401,84	0,11
24º andar do Edifício Centro Comercial Itália		· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	0,08
25° andar do Edifício Centro Comercial Itália		1.571.013,63	
26º andar do Edifício Centro Comercial Italia 26º andar do Edifício Centro Comercial Itália		1.456.581,16	0,12
		1.590.528,99	0,13
Rua Marechal Deodoro, 630 - Centro - Curitiba - PR  D - SEGMENTO DE EMPRÉSTIMOS AOS PARTICIPANTES	PRÓPRIA	27 050 007 05	2.00
	PRUPRIA	37.656.907,85	3,02
Empréstimos Simples		37.656.907,85	3,02

#### Observação:

(1) O TOTAL DOS RECURSOS GARANTIDORES DAS RESERVAS TÉCNICAS não inclui os débitos da Patrocinadora oriundos da reversão da dação em pagamento, no valor de R\$ 83.296.391,00. (2) GESTÃO COMPARTILHADA equivale a gestão terceirizada com participação direta da Fibra na decisão dos investimentos.

21



# 5 Demonstrativo por tipo de gestão: Terceirizada ou Própria (Inciso III e VII do Art. 19 da IN SPC 14 de 18/01/2007)

Tipo de Gestão/Gestores	Renda Fixa	0/0	Renda Variável	%	Operações c/ Part.	%	Imóveis	0/0	Total	% Total
1 - Gestão Própria - FIBRA	279.355.849	29,60	6.036.412	2,46	37.656.908	100,00	21.356.082	100,00	344.405.251	27,58
2 - Gestão Compartilhada	529.784.789	56,13	-	-	-	-	-	-	529.784.789	42,42
Banco Safra S/A	133.807.428	14,18	-	-	-	-	-	-	133.807.428	10,72
Banco BNP Paribas S/A	193.012.442	20,45	-	-	-	-	-	-	193.012.442	15,45
Banco Votorantim S/A	202.964.919	21,50	-	-	-	-	-	-	202.964.919	16,26
3 - Gestão Terceirizada	134.729.059	13,74	239.607.921	97,54	-	-	-	-	374.336.980	29,97
Banco ABN Amro Real S/A	-	-	25.462.195	10,37	-	-	-	-	25.462.195	2,04
Banco BBM S/A	-	-	43.494.886	17,70	-	-	-	-	43.494.886	3,48
Banco BNP Paribas S/A	42.702.963	4,52	-	-	-	-	-	-	42.702.963	3,42
Banco Brascan S/A	-	-	227.087	0,09	-	-	-	-	227.087	0,02
Banco Itaú S/A	-	-	39.218.834	15,97	-	-	-	-	39.218.834	3,14
Banco Opportunity S/A	-	-	41.507.830	16,90	-	-	-	-	41.507.830	3,32
Banco Safra S/A	-	-	22.606.176	9,20	-	-	-	-	22.606.176	1,81
Banco Pactual S/A	60.772.639	6,44	-	-	-	-	-	-	60.772.639	4,86
Fidúcia Asset S.A./Rio Bravo Invest. S.A	5.253.563	0,56	-	-	-	-	-	-	5.253.563	0,42
GAP Asset Management	5.018.947	0,53	-	-	-	-	-	-	5.018.947	0,40
GP Investimentos	6.852.769	0,73	-	-	-	-	-	-	6.852.769	0,54
HSBC Bank Brasil S/A	-	-	12.143.390	4,94	-	-	-	-	12.143.390	0,97
IP – Investidor Profissional	-	-	6.977.884	2,84	-	-	-	-	6.977.884	0,56
Mellon Serviços Financeiros DTVM S/A	5.016.859	-	-	-	-	-	-	-	5.016.859	0,40
Schroder Invest. Brasil S/A	9.111.319	0,97	47.969.639	19,53	-	-	-	-	57.080.958	4,57
Total Geral (% s/ o Total dos Investimentos)	943.869.697	75,60	45.644.333	19,67	37.656.908	3,02	21.356.082	1,71	1.248.527.020	100,00

# 6 Risco de Mercado mensal (21 dias úteis) - intervalo de confiança de 95%

VaR - Valor em Risco		2005	2006	% Limite Política	
Valv - Valor elli Nisco	Valor R\$	% do Valor	Valor R\$	% do Valor	% Limite Fontica
Segmento de Renda Fixa	4.726.432	0,60	3.523.596	0,37	0,98
Segmento de Renda Variável	10.217.873	5,18	11.296.625	4,63	(1)

<sup>(1)</sup> Para o segmento de Renda Variável o risco será avaliado através da limitação do risco ativo da carteira, que será limitado a uma perda de no máximo 8,00% ao ano em relação ao benchmark (40% do Ibovespa + 60% do IBRX-50). No ano a diferença acumulada é +4,73%.



# 7 Risco de Crédito (1)

Segmento de Renda Fixa	2005	2006 2° Semestre	% Limite Resolução 3.121
Baixo Risco de Crédito Tesouro	62,27%	59,56%	100,00%
Baixo Risco de Crédito Outros (inclui Títulos Privados)	9,56%	8,56%	80,00%
Médio e Alto Risco de Crédito	-	-	20,00%

<sup>(1)</sup> Percentual em relação à carteira de investimentos.

# 8 Emissões de Títulos Privados - Carteira Própria e Fundos Exclusivos

	Saldo em 31/12/2006	% PL
EMPRESAS FINANCEIRAS	85.826.702,23	6,87%
Banco Alfa Invest S/A	11.099.472,16	0,89%
Banco BBM S/A	10.170.841,14	0,81%
Banco Daycoval S/A	10.973.408,23	0,88%
Banco Fibra S/A	10.968.904,06	0,88%
Banco Indl Brasil S/A	11.079.097,73	0,89%
Banco Indl Coml SA -BICBANCO	10.973.965,23	0,88%
Banco Votorantim S/A	11.727.747,32	0,94%
Banco Pine S/A	8.833.266,36	0,71%
EMPRESAS NÃO-FINANCEIRAS	18.943.900,02	1,52%
Brasil Telecom S/A	2.744.534,19	0,22%
MRS Logistica S/A	2.091.675,65	0,17%
Nova Marlim Petróleo S/A	1.445.399,93	0,12%
Petróleo Brasileiro S/A - Petrobrás	7.449.471,90	0,60%
Rio Bravo Securitizadora	5.212.818,35	0,42%
TOTAL	107.154.239,32	9,36%



# 9 Informações sobre despesas (1)

Descrição	2005	2006
DESPESAS COBERTAS PELA SOBRECARGA ADMINISTRATIVA (A)	6.297.833,95	6.987.245,72
Água, Luz e Telefone	39.418,50	39.182,66
Aluguéis	149.847,16	168.129,24
ANBID, Andima e Economática	77.289,13	13.622,81
Associações de Classe	40.342,80	57.465,40
Auditoria Externa	13.845,17	23.911,12
Avaliação de Imóveis	12.900,00	-
Comunicação Social	95.604,93	95.399,18
Conservação, limpeza, copa e manutenção	37.164,59	143.496,22
Consultoria atuarial	80.216,20	123.470,86
Consultoria de Investimentos	124.630,32	158.582,60
Consultoria de RH	46.907,13	44.401,41
Consultoria do Sistema de Gestão da Qualidade	39.000,00	34.094,74
Consultoria Previdenciária	36.085,08	24.000,00
Depreciações e Amortizações	108.048,94	134.790,80
Despesas advocatícias	161.366,01	172.925,88
Despesas com treinamentos - inscrições e viagens	63.352,18	98.579,35
Despesas de viagens a serviço	85.388,86	107.423,04
Despesas de viagens dos colegiados	19.214,26	34.318,46
Despesas de viagens para defesa em processos judiciais	28.471,83	18.999,77
Despesas legais e tributárias (PIS,COFINS )	447.845,67	420.736,81
Despesas postais e telegráficas	58.552,36	37.769,91
Estagiários, mensageiros e outros	49.205,97	54.594,42
Jornais, livros e revistas	8.805,96	8.892,21
Manutenção de equipamentos e software	67.682,47	72.979,16
Material de expediente	55.618,55	56.804,64
Microfilmagem/digitalização e armazenagem de docs.	9.848,28	8.734,16
Pessoal e Encargos	4.341.181,60	4.833.940,87
CUSTOS DE GESTÃO DE INVESTIMENTOS (B)	2.943.343,64	3.373.225,56
DESPESAS CONTABILIZADAS DIRETAMENTE NO PROGRAMA DE INVESTIMENTOS	564.108,82	590.737,51
Honorários Advocatícios - recuperação de investimentos	350.840,33	214.594,09
IPTU e Condomínio de imóveis não locados	31.058,67	136.898,71
SELIC, CETIP, CBLC e outras	-	25.964,24
Corretagens	-	16.150,36
Custódia/Controladoria	182.209,82	197.130,11
DESPESAS DEBITADAS NOS FUNDOS EXCLUSIVOS (2)	2.379.234,82	2.782.488,05
Auditoria Externa	29.723,45	39.106,01
Custódia/Controladoria	88.160,35	111.511,28
Corretagens	253.578,08	347.692,61
SELIC, CETIP, CBLC e outras	75.204,86	100.671,35
Taxa de Performance Fee	440.290,79	481.345,70
Taxa de Administração dos fundos exclusivos	1.314.877,79	1.561.521,10
Taxa de Fiscalização da CVM	177.399,50	140.640,00
TOTAL DAS DESPESAS (A+B)	9.241.177,59	10.360.471,28

 $<sup>(1) \</sup> Despesas administrativas do plano de beneficios divulgadas em atendimento ao artigo 8º da Resolução CMN nº 3.121, parágrafo único do artigo 17 da Resolução CGPC nº 13, de 01/10/2004 e Resolução CGPC nº. 23, de 06/12/2006.$ 

<sup>(2)</sup> Não inclui as despesas dos fundos mútuos.

# H

# 10 Informações Gerais

Custodiante:	Banco Itaú S.A
Responsável pela controladoria:	Banco Itaú S.A
Responsável pela consolidação:	Banco Itaú S.A
Responsável pelo controle do risco :	Fundação Itaipu
Responsável pela auditoria de gestão:	BDO Trevisan Auditores Independentes

Relatório elaborado por: Conferido por:

WEVERGTON ADÃO AUGUSTO JANISZEWSKI

# 11 Informações do Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado

Administrador Qualificado:

SILVIO RENATO RANGEL SILVEIRA Diretor Superintendente da FIBRA

Tel: 41-3321.4001 / e-mail: rangel@itaipu.gov.br

Conforme parágrafo 5º, do Artigo 35 da Lei Complementar nº 109, 29/05/2001



# POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2007 (Resumo - em atendimento a Resolução CGPC nº 23 de 06 dez. 2006)

Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado			
Segmento	Nome	CPF	Cargo
Plano de Benefícios	Silvio Renato Rangel Silveira	514.772.629-20	Superintendente

# Objetivos da Gestão

A gestão dos recursos da FIBRA é realizada internamente e por intermédio de gestores contratados. O estilo de gestão adotado deve ser ativo, atuando em todos os mercados permitidos pela legislação em vigor, com vistas a se obter os retornos necessários aos objetivos definidos na Política de Investimentos, levando-se sempre em consideração o limite de risco da FIBRA e a característica de seu passivo.

Taxa Mínima Atuarial / Índice de Referência			
Período de Referência	Indexador	Taxa de Juros	
01/2007 a 12/2007	INPC	6,00%	

Alocação dos Recursos				
Segmento	Investimento	Mínimo	Máximo	Alvo
Renda Fixa	Baixo Risco de Crédito	70,00%	85,00%	76,20%
Renda Variável	Empresas com IGC/Bovespa	16,30%	21,30%	18,80%
Imóveis	Invest. visando Aluguéis e Renda	1,00%	5,00%	1,80%
Empréstimos	Empréstimo	2,00%	7,00%	3,20%

Derivativos	
Limite Máximo para Proteção: 100%	Limite Máximo para Exposição: 100%

<sup>\*</sup> Alocação/Derivativos – Proteção+Exposição não pode ultrapassar o Patrimônio Líquido, Conf.Res. nº3.121.

Cenários Macroeconômicos			
As projeções utilizadas para 2007, no estudo de ALM, foram:			
Selic: 12,72% aa	IGP-M: 4,16% aa	Ibovespa: 18,58% aa	
Taxa Pré: 13,57% aa	INPC/IPCA: 3,94% aa		

## Índice de Referência (benchmark)

- Segmento de Renda Fixa: Índice de Mercado Andima (IMA), que pondera os indexadores dos títulos públicos disponíveis no mercado. Para o índice adotado pela FIBRA foi considerada uma alocação específica da carteira de Renda Fixa, nos diversos grupos de indexadores indicada no estudo de ALM;
- Segmento de Renda Variável: Será utilizado o benchmark híbrido: 40% IBOVESPA + 60% IBRX-50;
- Segmento de Imóveis: 0,9% no mês do valor contábil da carteira de Imóveis disponíveis para locação;
- Segmento de Empréstimos a Participantes: INPC acrescido de juros de 6% a.a.;
- Carteira Consolidade de Investimentos: INPC acrescido de juros de 6% a.a..

# Sobre a alocação do segmento de Renda Variável

Com base nos estudos realizados da carteira de investimentos e do passivo atuarial, a Politica de Investimentos definiu uma alocação de 18,8% no segmento de renda variável, com um limite de 2,5% para mais ou para menos, de forma a ser realizado um balanceamento na carteira, caso os limites superiores ou inferiores sejam atingidos. A carteira de Renda Variável deverá ser mantida protegida (com *hedge*) sempre que os estudos técnicos assim recomendarem.

Limite Máximo de Diversificação			
Ativos de Renda Fixa			
	Baixo Risco	Médio Risco	Alto Risco
Pessoa Jurídica Não Financeira	5,00%	0,00%	0,00%
Instituição Financeira	5,00%	0,00%	0,00%
FIDC	10,00%	0,00%	0,00%
Companhias Abertas			
Por Capital Votante: 20,00%	Dos Recursos Garantidores: 10,00%	'	Por Capital Total: 20,00%
Sociedades de Propósito Específico			
Por Projeto: 25,00%	Por Projeto + Inversões das Patrocinadoras: 25,00%	'	
Imóveis			
Por Imóvel: 4,00%	PL do Fundo: 25,00%		

<sup>\*</sup> Limites / Imóveis - Por Imóvei = 4% do Patrimônio da Fundação e PL do Fundo = 2,5% do PL de Fundos Imobiliários. Proteção + Exposição não pode ultrapassar o PL, Conf.Res 3.121.



#### Controle de Risco

#### RISCO DE MERCADO

**Segmento de Renda Fixa (VaR):** Até 100% da variação do CDI, para um intervalo de confiança de 95% e um horizonte de tempo de 21 dias úteis;

**Segmento de Renda Variável:** Controle do risco ativo das carteiras/ fundos, que estará limitado a uma perda de no máximo 8,0% ao ano em relação ao seu *benchmark*.

#### Risco de Crédito

O risco de crédito bancário: Os Títulos Privados de emissão de instituições financeiras terão seus limites (valores e prazos) definidos para cada instituição segundo os critérios de consutoria externa contratada para este fim (atualmente o critério adotado é o do RiskBank que é emitido pela consutoria da Lopes Filho & Associados Consultoria de Investimentos). Cumulativamente a avaliação do RiskBank, os bancos classificados deverão apresentar avaliação de pelo menos uma agência de ratings (S&P, Moodys, Fitch e SR Ratings) obtendo desta a classificação mínima correspondente ao "BBB.bra" estável.

- O limite máximo por instituição financeira estará restrito a 1% da carteira de investimentos da FIBRA, desde que não ultrapasse o limite definido pelo critério do RiskBank.

A FIBRA poderá aplicar no máximo 10% de sua carteira de investimentos em títulos de valores mobiliários de emissão de bancos (CDB/RDB, CCB, Comercial Papers e Debêntures), quando o título não tiver *rating* próprio.

**Crédito Corporativo:** Será solicitado um rating de no mínimo A para papéis até 3 anos; quando de prazo superior o rating mínimo será AA.

Não se enquadram neste critério os títulos e valores mobiliários que compõem os fundos mútuos que a FIBRA adquira cotas.

Além destes riscos, a FIBRA monitora os riscos de Liquidez, Legais e Operacionais.

#### Gestão dos Recursos

A FIBRA faz gestão própria de parte dos ativos e possui 17 gestores para a parcela da carteira terceirizada. Estes gestores são avaliados, anualmente, tendo como parâmetros os objetivos de cada segmento.

Os principais critérios para a contratação dos gestores são:

**Qualitativos:** Estrutura de Suporte e de Controle, Práticas de Marcação a Mercado, Capacidade Técnica, Histórico da Empresa e dos Controladores.

**Quantitativos:** Total de Recursos Administrados, Custos, Riscos Incorridos e Rentabilidade Histórica auferida.

**Estratégia de formação de preços:** Os ativos serão valorizados a níveis vigentes no mercado, exceto aqueles de maior prazo a serem levados a vencimento, os quais serão valorizados pela taxa de aquisição.

A participação em Assembléias de Acionistas fica delegada às instituições contratadas para a gestão dos fundos.

A Política de Investimentos da FIBRA, na íntegra, está disponível no site www.itaipu.gov.br/fibra ou, se desejar, solicite cópia impressa.

#### **DIRETORIA EXECUTIVA**

Silvio Renato Rangel Silveira Denyse Gubert Rocha

Florício Medeiros Costa

Diretor Superintendente

Diretora Administrativa e Financeira

Diretor de Seguridade

#### **CONSELHO DELIBERATIVO**

Titulares Antonio José Correia Ribas José Ricardo da Silveira

Ariel da Silveira

Marcos Venício Benther de Lima

Luis Antonio Schwanz Reinaldo Rodrigues

Suplentes Antonio Carlos Nantes

Cristina de A. Maranhão Gomyde Cícero Antonio Miller dos Santos

Giovani dos Anjos Teixeira

Bruno Túlio Edmilson Mota Léo Presidente

Presidente Substituto

#### **CONSELHO FISCAL**

Titulares Eliezer Fryszmann

Arthur de Souza Pinto Filho Luiz Fernando Teigão Maria Leonor de Souza

Suplentes Ana Maria Garcia Rossi

Henrique Albernaz Cocchiararo

Ingo Juarez Schneider Luciano do Amaral Martins Luiz Aparecido de Godoi Salgado

Saul Hirsch

Presidente

Presidente Substituto

# COMITÉ DE INVESTIMENTOS

Titulares Antonio Dílson Pereira

Luis César Savi Luiz Covello Rossi Carim Pydd

Humberto Ventura Godinho Zilda do Rocio de Freitas Barbosa

Suplentes Márcia Abreu de Aguiar Buerger

Giovanni Leiria da Silva Marcos D'ippólito

Luis Alberto Pereira Oliveira

José Maria Varassin Aroldo Guimarães Adur Presidente

Presidente Substituto



Constituição 26/02/1988 Início das atividades 01/04/1988 Reconhecida em 30/11/1988 pela Portaria nº 4367/MPAS

Rua Comendador Araújo, 551 9° andar CEP 80420-000 Curitiba-Paraná-Brasil Telefone (41) 3321-4001 Fax (41) 3223-3628 0800 41 4404 www.itaipu.gov.br/fibra fibra@itaipu.gov.br

#### Escritório em Foz do Iguaçu:

Centro Executivo da Itaipu Telefone: (45) 3520-5026

